

MULHERIO

Ano VII
n.º 27
dez/fev 1987
São Paulo
Brasil
Cz\$ 20,00



MULHERES

A Nova Cara Da Constituinte

Primeira Dama, ilustre desconhecida

De olho da escola

Mulherio 23 publicou o ensaio *Bigode e Bigode dá Bode?*, que o antropólogo Peter Fry preferiu assinar como Maria das Dores Padilha. Um ano depois, de Paris, uma leitora questiona a autoria da matéria, e o autor responde...

Caras companheiras: Não foi pequeno meu espanto ao ser alertada por um grupo de pesquisadoras trabalhando aqui em Paris sobre a estranha tradução do artigo que vocês publicaram no n.º 23, sob o título *Bigode e Bigode dá Bode?* que a revista **Sociétés** publicou dois meses depois em seu n.º 7 sob o título "Sexe et rôles de genre interactifs dans le Brésil contemporain". A única diferença residindo na assinatura (ou autoria?), em português atribuída a Maria das Dores Padilha, espanhola, e em francês a Peter Fry, com justa razão concluímos que princípios éticos foram infringidos, prioritariamente a boa-fé (dostias) leitor(es). Trago assim, o fato a seu conhecimento esperando que seja devidamente esclarecido.

Danda Prado
Paris, França

Minha querida,
Grato pela sua carta de 24 de setembro e a cópia da missiva irada de Danda Prado. Que horror! Você percebeu o que deve ter acontecido? Só posso pensar que esta tal Maria das Dores Padilha baixou num terreiro qualquer lá na Baixada Fluminense, psicografou "meu" artigo, e te mandou em meu nome. Em seguida, alguém (ela própria, seu médium, ou um carbono qualquer) deve ter traduzido o artigo para o francês e mandado para **Sociétés**. Fico foribundo. Afinal, ela deve ter causado muita dificuldade para as (os) leitoras (es) de **Mulherio**, sobretudo aquelas (es) que se sentiram eticamente atingidas (os). Meu (mais ou menos) bom nome está em pauta, e se ela fez isso agora, imagine as outras trapaças que ela poderá inventar no futuro próximo.

E esta estória de dizer que é antropóloga. Isto é demais! Nunca vi uma pombagira antropóloga. São todas putas, com gostos nada condizentes com uma profissão acadêmica tão respeitável e szuda. Você já viu uma antropóloga tomar Martini tinto e fumar Charme. Nem pensar.

Tem mais. Você sabe que li na tese de doutorado de Laura de Mello e Souza que Maria Padilha está no Brasil desde o século XVII? Que ela fazia parte do Catolicismo popular antes de virar a casaca para se tornar personagem da macumba. Uma pessoa com tamanha falta de caráter não merece o respeito de ninguém, e espero de Danda Prado que não entre na história dela, mesmo por solidariedade feminina.

De qualquer forma, não sei bem que fazer. O que poderia tentar, seria consultar a Patricia Birman e Yvonne Maggie (que são ambas antropólogas - não putas) para percorrer a Baixada Fluminense à procura da Maria das Dores, para investigar as reais ocorrências. Mas o problema é que, mesmo achando-a, como podemos confiar na sua palavra? Ao mesmo tempo, fazer nada me parece perigoso demais.

Dito isso, creio que a única saída possível é encomendar já um despacho bastante forte e colocá-lo numa encruzilhada pertinho do aeroporto de Cumbica (de preferência na rota dos aviões da Air France). Uma receita adequada seria uma galinha preta, panos vermelhos e pretos, uma garrafa de Martini tinto, dois macos de cigarros Charme, velas das mesmas cores dos panos e o último número de **Mulherio**. (Pode também colocar um livro da Danda, por exemplo *O que é Família?*). Deve entoar o seguinte ponto cantado: Maria Maria / Mulher de sete maridos / Antropóloga voluptuosa / Da Baixada Fluminense / Aceite esta oferenda / Afaste-se do feminismo / E deixe Mulherio e Peter Fry / Em paz / Saravá.

Peter Fry
Rio de Janeiro, RJ

Prezadas Inês,
Maria Lúcia e Pérola:

Recebi o **Mulherio** n.º 26 e gostei muito. Pelo que conheço do jornal (não muito, tenho apenas alguns números), vocês operaram algumas modificações: maior diversidade temática, mais espaço para os assuntos culturais (o que me agrada especialmente). Gostei sobretudo da entrevista com Isabel Allende (que, a meu ver, poderia ter sido mais literária, sem deixar de ser jornalística, é claro) e do conto de Maria Lacerda de Moura. Esse trabalho de resgate da memória feminina me parece fundamental. (...)

Parabéns pelo trabalho e até breve. Um abraço.
Lúcia Castello Branco
Belo Horizonte, MG

Querida amiga,

Amiga, como você está a par, tenho uma responsabilidade com as minhas companheiras, e tenho o dever de estar atenta às suas necessidades. Essas necessidades variam, mas o mais fundamental, é certo, é que a mulher encarcerada é pouco esclarecida no que é relacionado a ela mesma; então queria pedir-lhe se um dia você, com mais algumas amigas, estão interessadas em vir fazer uma palestra para nós. Te asseguro que será proveitosa essa troca de idéias.

Bom, vou finalizar por aqui, pois deu o sinal das 21:00h, as luzes serão apagadas, mas deixo-lhe um abraço carinhoso.

Sua amiga Dulci
Penitenciária Feminina
Tremembé, SP

Ao **Mulherio**

Sou assinante deste jornal. Quero dizer como me resinto do espaçamento da publicação de cada número deste jornal. É uma pena que passemos tanto tempo entre um número e outro. Espero, no entanto, que ele não deixe de ser publicado.

Adélia Reis Cintra
Rio de Janeiro, RJ.

MULHERIO

Conselho Editorial: Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas, SP); Amazonas Alves Lima (Ipsicanalista, SP); Bela Feldman-Bianco (Southeastern Massachusetts University, USA); Emir Sader (USP); Fúlvio Rosemberg (Fundação Carlos Chagas, SP); Heloisa Buarque de Hollanda (UFRJ) e Stanford University, USA); Mariagusta Rosa Rocha (Conselho Municipal da Mulher, Salvador, BA); Marlyse Meyer (Unicamp, SP); Marta Góes (jornalista, SP); Mouser Benedito (jornalista, SP).

Editora-responsável: Inês Castilho (MTB 17.504); **Editora-Assistente:** Maria Lúcia de Barros Mott; **Secretária de Redação:** Pérola Paes; **Diagramação:** Sérgio Paes; **Capa:** Walkyria Suleiman; **Assistente de Produção:** Pempou Scares Scabinhe; **Distribuição e Divulgação:** Zoraide Bertussi; **Assinaturas:** Helena Maria Moreira; **Contas a Pagar:** Luz Angelo Gonçalves; **Secretaria Geral:** Tânia Cristina V. de Paulo.

Colaboraram neste número, além das pessoas que assinam matéria: Albertina de Oliveira Costa, Ana Linnemann (projeto gráfico); Muzar Benedito, Olinda Maria Noronha e Paula Mageste.

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal. Reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Mulherio é uma publicação do Núcleo de Comunicações **Mulherio**, uma associação civil sem fins lucrativos. Redação e administração à Rua Cunha Gago, 704, Pinheiros, 05421, São Paulo, SP, Brasil, fone (011) 212-8052. **Composição e Impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A., Rua Dr. Almeida Lima, 1.384, Mooca, 03046, São Paulo, SP, Fone (011) 948-5088.

Contribuem para a sua publicação a Fundação Ford do Brasil, a Evangelisches Missionswerk (Hamburgo, Alemanha) e World Council of Churches (Genebra, Suíça).

Tiragem desta edição: 33 mil exemplares

Mulherio, ano sete

Dando início a seu sétimo ano de publicação, **Mulherio** sai com tiragem de 33 mil exemplares, a maior até hoje, e sua primeira reportagem nacional: a cobertura completa das



FORA

quatro páginas a mais, para ac volume de informações. a insegurança causada pela correic, depois de inúmers rendando matéria - quando scobrimos muita gente boa ais-ccntinente -, finalmente 1 quadro das mulheres hoje a institucional brasileira: 63 s), uma vice-governadora e idor, 26 deputadas federais s. Mulheres com diferentes iticas e culturais, tais como cnesas e esposas - aquelas político de pais e maridos. e poderã ter uma atuação ic passado conservador de e porque há uma demanda mpulsionã-las (como diz em dão). Mas que sãc mincncia ngressc, um Congresso ele

mesmo em sua maioria comprometido com interesses antipopulares.

Neste momento de uma dívida externa exterminadora, em que dispara com fúria a inflação e a indústria de armamentos floresce - assim como cresce a devastação de ncssas florestas naturais -, queremos que os trabalhos da Constituinte sejam transmitidos por TV e questões polêmicas como aborto, pena de morte e o papel dos militares sejam referendados por voto popular. Queremos participar, dentro e fora do Congresso, dos caminhos do País.

Entramos em 1987 apcstando na vida, na luta com prazer. No 8 de março que se aproxima, estaremos comemorando junto com mulheres do mundo todo. Com os votos de um bom ano para todas nós.



COM CARINHO DO MULHERIO

MINAS GERAIS
Espaço Cultural Livros e Artes: Rua São João, 357, tel. (032) 211-2029 - Juiz de Fora.

MATO GROSSO DO SUL
Regina Arakaki: Rua Rui Barbosa, 2.324, tel. (067) 382-0642 - Campo Grande

PARÁ
Jane Beltrão: Tel. (081) 229-6336 - Belém

PARANÁ
Distribuidor: J. Ghignone Cia. Ltda.: Av. Iguaçu, 624, tel. (041) 233-3622 - Curitiba.

PERNAMBUCO
Gê Lisboa Livros Ltda.: Rua Princesa Isabel, 129 - Recife.

RIO DE JANEIRO
Dazibao Livraria: Rua Visconde do Pirajá, 571-B - Rio de Janeiro
Dazibao Livraria: Trav. do Ouvidor, 11 - Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL
Distribuidor: Marco Amaral: Pça. Rui Barbosa, 39, sala 6, tel. (0512) 26-9747 - Porto Alegre.

Livrarias
Graphii Livraria Café: Rua Tomás Flores, 340
Livraria Adeli Sell: Rua Gal. Vitorino, 140, sala 27
Livraria Arcano 17: Av. Protázio Alves, 1.138
Livraria Mercado Aberto: Rua Riachuelo, 1.291
Livraria Palmeiras: Rua Gal. Vitorino, 140, 1.º andar

Livraria Prosa e Verso: Rua Mostardeiro, 120, loja 4
Livraria Terceiro Mundo: Rua Gal. Vitorino, 129, sala 21

SÃO PAULO
Distribuidor: Org. Costa - Livros, Revistas, Jornais Ltda.: Cx. Postal 2157, Tel. (011) 227-6509, São Paulo.
Luz Aurélio de Jesus Sales: Av. Três, 1.149, tel. (0173) 22-1925, Barratos
Maria Alice Paes: Tel. (0192) 43-3267, Campinas.

Livrarias
Art Nouveau: Shopping Center Eldorado
Art Nouveau: Rua Pamplona, 1.129-A
Belas Artes: Al. Lorena, 1.326
Brasileiras: Av. Paulista, 2.448
Brasiliense: Rua Oscar Freire, 561
Canto da Prosa: Rua Simão Álvares, 445
Capitô: Rua Pinheiros, 339
Cortes Editora e Livraria: Rua Bartira, 387
Da Vila: Rua Fradique Coutinho, 1.140
La Selva: Aeroporto Congonhas
La Selva: Aeroporto Cumbica
Litteris: Rua Ignácio Pereira da Rocha, 264
Litteris: Bar Avenida, Av. Pedroso de Moraes, 1.033
Neon: Pça. Benedito Calixto, 18

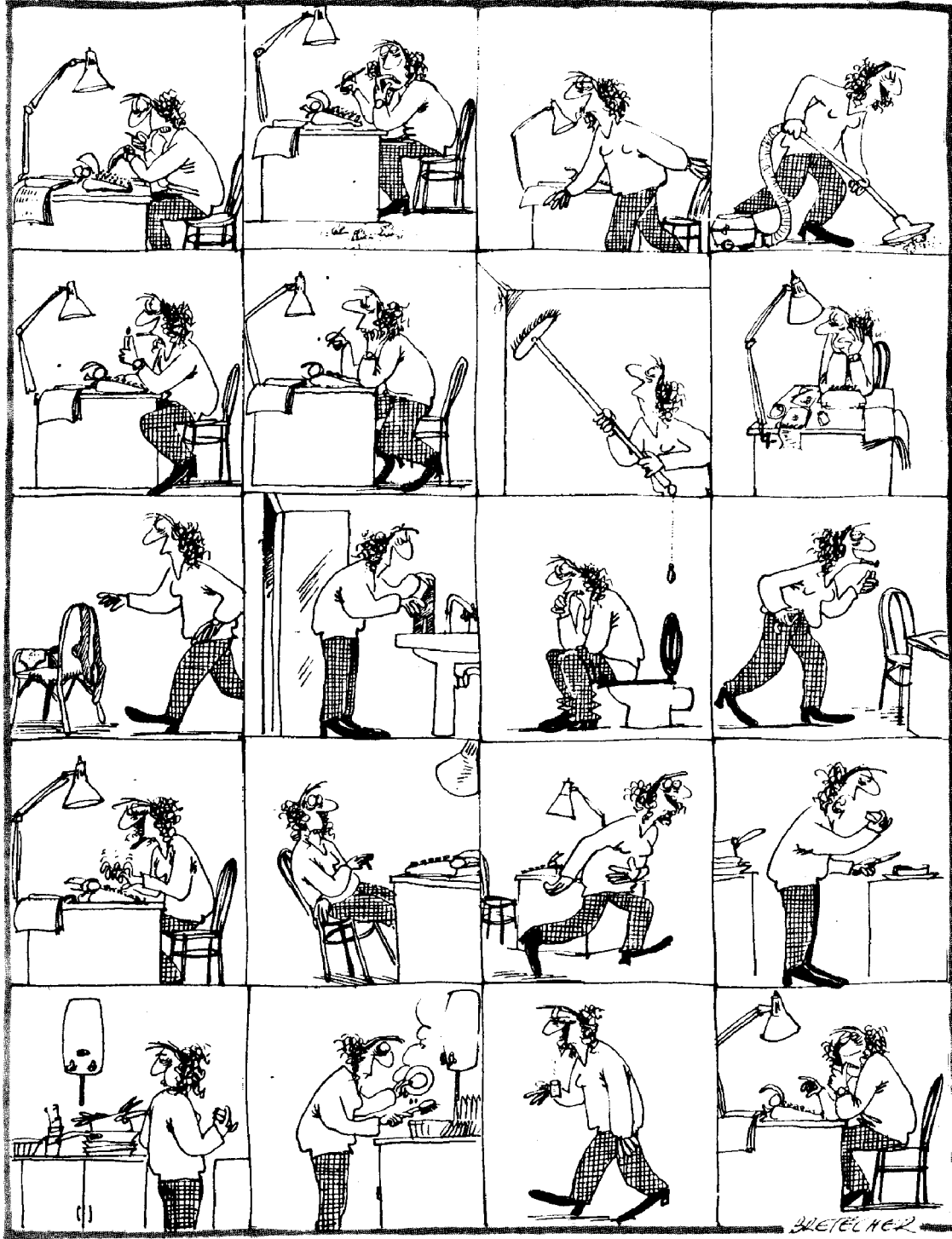
Bancas de Jornais
Rua João Moura, 795; Rua Simão Álvares, 422-A; Pça. da República esq. Av. São Luiz, 71; Av. Ipiranga esq. Araújo, 218; Av. Ipiranga esq. Barão de Itapetininga; Pça. da República/Caetano de Campos, Barão de Itapetininga, 52; Av. Paulista esq. Joaquim Eugênio de Lima; Av. Paulista com Brigadeiro Luiz Antônio; Av. Paulista/Coni. Nacional; Av. Paulista/Gazeta

Pontos de Venda

Criação

Claire Bretécher

HUMOR



Claire Bretécher é francesa e tem 45 anos. Já publicou, em edições próprias, uma saborosa série de livros: Les frustrés (a que pertence Criação); Les mères; Le cordon infernal; Le bolot Occidental; La vie passionnée de Thérèse D'Avila.



LEITURA

A Revolução Sexual Feminina?

Carmem Barroso

Making Love: the feminization of sex
Barbara Ehrenreich, Elizabeth Hess e
Glória Jacobs
Anchor Press 1986

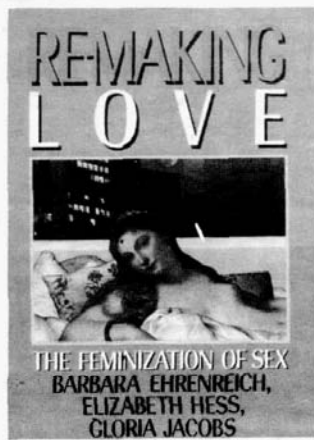
Lê-se como um romance. Ou melhor, como uma autobiografia coletiva. Críticos norte-americanos saudaram este livro com adjetivos como brilhante, profundo. Seria mais adequado classificá-lo como sabroso, instigante.

As autoras lançam seu olhar sobre os fatos mais salientes que frequentaram os meios de comunicação de massa nas últimas décadas, os juntam com outros de menor importância e descobrem como manifestações de uma revolução sexual profunda e pouco reconhecida: a das mulheres que estão afirmando — de inúmeras formas e meios — seu direito ao prazer. Esta revolução teria libertado o sexo de uma sobrecarga de significados opressivos. "Os significados grandiosos e mágicos — amor eterno, romance e, sempre, 'rendição' — ali estavam em parte para desviar nossa atenção da penúria de prazer. Envolvido em mistérios e temas místicos, o próprio sexo era um ato de sublimação para as mulheres: não um prazer imediato a ser apropriado mas um ato simbólico com fins ulteriores: maternidade, segurança emocional e financeira, ou simplesmente vaidade."

A tese é discutível: numa sociedade onde o sexismo ainda é tão predominante, as novas práticas talvez representem ganhos apenas para uma minoria de mulheres. E para algumas, os novos significados talvez sejam apenas a adição sem crítica do parâmetro masculino, em seus moldes machistas mais comuns. De qualquer forma, o frescor das novas interpretações, e o humor sempre presente fazem uma leitura agradável e estimulante.

A "Beatlemania" dos anos 60, segundo as autoras, continua os germes de uma rebelião contra as regras que definiam a sexualidade da jovem como algo a ser negociado em troca de uma aliança de casamento. E o rock, além de apresentar a sexualidade não domesticada, apresentava os homens como objetos sexuais para as mulheres.

Ecléticamente, as autoras relacionam o sucesso do "best-seller" **Vale das Bonecas**, ao aumento do número de jovens solteiras trabalhando nas grandes cidades anônimas e às transformações nos livros de sexólogos e conselheiros sexuais. Celebram as descobertas de laboratório de Master e Johnson, que ajudaram a destruir o mito do orgasmo vaginal e afirmam que o feminismo teria oferecido um novo significado ao sexo, que deixaria de ser um "microdrama de dominação masculina e passividade feminina" passando a ser um conjunto complexo e variado de possibilidades onde se afirma a força e independência da mulher.



Sem preconceitos, as autoras encontram motivos para festejar o advento da pornografia para as mulheres e até a queda de sado-masquismos nos Estados Unidos. Esta, porque confrontaria a desigualdade encapsulando-a num drama e aquele porque o "strip tease" masculino — muito popular entre donas-de-casa norte-americanas — teria o "mérito" de inverter a relação entre consumidores e objetos.

O capítulo mais original é uma incursão no mundo fechado da direita cristã fundamentalista, que emergiu com imensa força política na era Reagan. Surpreendentemente, aí também as mulheres estão se revelando não muito dóceis nem muito envergonhadas do "pecado original". Mas, apesar das mudanças superficiais (e a proliferação de livros fundamentalistas que aconselham inclusive sexo oral), as autoras encontram semelhanças entre a forma predominante de relações entre homens e mulheres destas seitas e o jogo sado-masquista, com uma diferença fundamental: não é um jogo, não termina nunca.

É um livro apaixonado. Um manifesto contra o recente conservadurismo que se estende pelos meios de comunicação. Talvez para não jogar água neste moinho, o fenômeno da AIDS merece apenas duas páginas: "historicamente, o sexo sempre trouxe riscos para as mulheres, inclusive o de gravidez indesejada".

O problema maior deste livro é não dar suficiente atenção às condicionamentos sociais que limitam e distorcem o significado das novas conquistas. A desigualdade econômica entre homens e mulheres, os riscos da contracepção e do aborto, a persistência da divisão do trabalho que reserva às mulheres a maior responsabilidade pelo cuidado dos filhos, o envelhecimento precoce das mulheres e sua dessexualização segundo o imaginário social — são problemas apenas mencionados de passagem. Enquanto suas implicações não forem plenamente apreciadas será difícil compreender a vulnerabilidade das mulheres, qualquer que seja a trilha que decidam seguir.

Carmem Barroso é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora do Dept.º de Ciências Sociais da USP.

Guia de feminilidade para mulheres espertas

Anette Goldberg

Mulheres Inteligentes, Escolhas Insensatas: Como Encontrar os Homens Certos, Como Evitar os Errados.
Connell Cowan e Melvyn Kinder
Tradução de Alfredo Barcellos
Rio de Janeiro, Rocco, 1986

A questão que o livro coloca é pertinente e crucial: as mulheres "inteligentes", aquelas que na última década foram assumindo novos papéis sociais, a partir de uma busca pessoal de individualização estimulada pelos movimentos de liberação da mulher ou pelo próprio processo de modernização das sociedades capitalistas, passaram a se deparar com o problema da solidão acarretada pelos fracassos sucessivos em seus relacionamentos com os homens.

É certo que nos dias que correm — e este fenômeno se observa também nas camadas médias dos grandes centros urbanos brasileiros — é comum encontrar mulheres bem sucedidas em suas carreiras, economicamente independentes, rodeadas de amigos e até envolvidas esporadicamente em aventuras amorosas, mas que se queixam da falta de um companheiro estável e se desgastam emocionalmente na procura desenfreada e ansiosa de uma relação mais permanente.

E também comum, por outro lado, ver essas mesmas mulheres "inteligentes" às voltas com parceiros "errados", mergulhadas em relações assimétricas, pouco gratificantes e frustrantes que rapidamente degeneram em sofrimento. Frequentemente, em nome do amor, elas abrem mão de projetos próprios, perdem autonomia na simbiose com o outro, procurando corresponder a modelos que identificam como sendo o ideal de mulher do companheiro.

O livro traz observações interessantes e verdadeiras a respeito das atitudes nas relações com os homens, e uma série de conselhos úteis no estilo pragmático norte-americano que encontramos nos *best-sellers* do tipo *how to...* (como fazer amigos, como emagrecer sem esforço, como na vida etc.). E o que ele sugere é uma "nova perspectiva da feminilidade" baseada na compreensão e na conciliação, a ser posta em prática pelas mulheres "espertas".

Entretanto, ele deixa a desejar na análise das razões pelas quais as mulheres "inteligentes" continuam fazendo escolhas "insensatas" e a se deixar seduzir pelos "ratos". Na tipologia proposta pelos autores essa categoria de homens inclui o Dom Juan, o amante fóbico e esquivo, o filho da mamãe, o eterno adolescente, o macho pseudoliberado, o ferido ambulante recém-separado da esposa, o homem casado que jamais se separará. Ela se opõe à categoria dos "diamantes brutos", aqueles homens sensíveis, aparentemente menos interessantes, que não desperdam paixões num primeiro momento, mas que deveriam merecer maior atenção por parte das mulheres.

Dr. CONNELL COWAN • Dr. MELVYN KINDER

MULHERES INTELIGENTES, ESCOLHAS INSENSATAS

5ª EDIÇÃO

Rocco

Assim como os autores do livro não se detêm nas ambivalências e contradições das mulheres "inteligentes", eles se limitam a mencionar rapidamente os medos masculinos diante das "novas mulheres", tema que por si só poderia ser objeto de um trabalho; não são poucas as constatações que estas vêm fazendo no que diz respeito à mescla de atração e de medo que inspiram aos homens, e às barreiras que aparecem tão logo elas são percebidas como iguais, independentes, fortes.

Nenhuma palavra sobre a perplexidade masculina que chega, frequentemente a se expressar em impotência sexual, nenhuma palavra sobre a solidão dos "diamantes brutos", geralmente considerados bons amigos mas pouco cobiçados como amantes. Enfim, nem um comentário sequer sobre fenômeno das separações; e são inúmeros os casais que entram em crise a partir do momento em que as mulheres dão saltos qualitativos em suas vidas e que, no bojo do seu processo de crescimento e transformação, seus companheiros investem em relacionamentos com mulheres às vezes muito mais jovens e bem menos "inteligentes".

Nossos autores, homens, psicólogos clínicos, não apontam nenhuma perspectiva de uma "nova masculinidade"; eles se limitam a falar das mulheres e, em falando delas, a sugerir uma receita de bolo que possa agradar mais aos homens.

Anette Goldberg é socióloga, doutoranda da Universidade de Paris-7, na França, desenvolvendo tese sobre o tema "Feminismo e mudança social no Brasil contemporâneo".

História de Família

Maria Lúcia de Barros Mott

A Ilha da Chuva e do Vento
Simone Schwarz-Bart
Tradução de Estela dos Santos Abreu
São Paulo, Editora Marco Zero, 1986

Vizinha da Cuba do escritor-diplomata Alejo Carpentier, do Haiti do excelente escritor negro Jacques Roumain e da Jamaica do reggae Bob Marley, a Guadalupe foi povoada por negros africanos trazidos como escravos para produzir a cana-de-açúcar que adocava o "brioche" dos franceses e que se transformava no rum que era trocado por escravos para os algozoais americanos. Dizimada a população indígena nativa, restaram alguns brancos "crioulos", os mulatos e os negros.

Simone Schwarz-Bart - o sobrenome é do marido, o escritor André Schwarz-Bart - em **A Ilha da Chuva e do Vento**, conta a história de quatro gerações de uma família de negros da Guadalupe, as Loungador, pela boca de uma velha sexagenária. As lembranças de Têlumeé remontam à sua bisavó Minerve, que conheceu a escravidão e foi libertada pela abolição. Criada pela avó Toussine, também chamada Rainha-sem-nome, com ela aprendeu o significado da vida e da morte, tornando-se uma mulher respeitada na comunidade.

Têlumeé detém-se principalmente nos anos da infância e da juventude - é assim mesmo a lembrança dos velhos, não é? - quando foi deixada pela mãe na casa da avó, frequentou a escola, trabalhou na casa dos brancos, conheceu o amor de Élie e com ele foi morar. Era o tempo em que as plantas cresciam, que os animais vingavam, que a população tinha trabalho. A seca trouxe a fome, o desemprego e a morte, mudando a cabeça dos homens, deixando marca no corpo das mulheres. Rainha-sem-nome dizia a Têlumeé: "A mulher que ri é a mesma que vai chorar e é por isso que já se sabe, pelo jeito de como a mulher é feliz, que postura manterá diante da adversidade." Têlumeé desperta então como mulher "emancipada" (sic), dona de sua própria cabana, trabalhando no canal para sobreviver, sendo respeitada pela sua

generosidade e sabedoria, recebendo, por isso, depois de velha, o nome de Têlumeé Milagre. Ao terminar a história de sua vida, Têlumeé diz guardar um único remorso: não ter perdoado Élie quando ele lhe procurou pouco antes de morrer. Foi, certamente a única vez que não deu a outra face. E razões não faltaram no decorrer de tantos anos, seja na casa dos brancos onde preparava o cobideado "molho branco" ou quando Médard a acusou de feiticeira e fez que sua filha adotiva Sonore a abandonasse.

Na resistência passiva de Têlumeé - que pode causar revolta em alguns leitores - não vejo um sinal de fraqueza mas como estratégia de sobrevivência física, cultural e moral. Têlumeé sabia disso, quando no decorrer do livro, repete as palavras do seu segundo marido: "E se alguém dissesse que o negro merece a sorte que tem porque não tem ânimo para se libertar, Amboise lhe fazia a pergunta... diga meu irmão, que ânimo pode libertar da faca o cabrito amarrado no meio da clareira?... e as pessoas sorriam, e nos sentíamos como o cabrito amarrado na clareira e sabíamos que a verdade do nosso destino não estava em nós, mas sim na existência da lâmina"...

1. A Guadalupe é hoje um departamento ultramarino francês, composto pela ilha que lhe dá o nome e por mais quatro ou cinco ilhas, abrangendo uma superfície total de 1.780km².

Maria Lúcia de Barros Mott é Editora-Assistente do **Mulherio** e dos **Cadernos de Pesquisa**, revista da Fundação Carlos Chagas.

LEITURA



Dr. Alex: Roupas Nova Para a Velha Estória

Esmeralda V. Negrão

Dr. Alex
Rita Lee
Global Editora, 1986

Nos anos 70, a afirmação da literatura infantil-juvenil como um produto cultural específico, destinado a um público consumidor bem delineado, torna esta literatura um mercado promissor tanto aos olhos de editores que, ao investirem nesta área, acarretam uma verdadeira explosão de novos títulos e asseguram a regularidade de lançamentos, como aos olhos de autores, aspirantes ou tarimbados, sedentos para nele se perpetuem ou se inserirem.

O livro *Dr. Alex* escrito pela compositora e cantora Rita Lee, um dos volumes da coleção *Quem canta conta* é um exemplo de mais uma investida editorial nesta área.

Mas por trás da fama de sua autora e da bem cuidada produção gráfica, encontramos a velha fórmula didática característica da literatura produzida para crianças desde os anos 50, na qual personagens e enredo estão a serviço da transmissão de uma tese, aqui investida de preocupações atuais - a liberdade para animais, plantas, crianças, velhos e índios, a

luta pela paz. Personagens e enredo são escravos do ensinamento moral.

A estória, contada por um narrador exterior à própria trama, estabelece uma relação apoiada na desigualdade de conhecimentos uma vez que o narrador, que tudo sabe e tudo vê, encarna o ponto-de-vista do adulto educando a criança-leitora. Um exemplo típico de tal postura é a explicação do significado de palavras:

— "Biológico? Claro! É lógico! Vem de bio e bio = vida. Tudo o que tem vida."

Personagens criados sem nenhuma complexidade atuam numa trama maniqueísta na qual o único evento é o confronto entre o bem e o mal. É nesta luta que o preconceito racial aflora, na medida em que os vilões da estória são caracterizados como "os homens de negro" que têm como lema a destruição e a guerra, contracenando com o cientista alemão e os ratinhos brancos, defensores do bem.

Dr. Alex, contrariamente ao que se diz na capa, mostra que cantar e contar, e especialmente contar para crianças, exigem talentos diversos.

Esmeralda V. Negrão, formada em Linguística, é pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

A rosa Rosa de Luxemburgo

José Inácio de Melo Souza

Rosa de Luxemburgo de Margareth von Trotta
Com Barbara Sukova (melhor atriz no Festival de Berlim/86, ao lado da brasileira Marcélia Cartaxo)

Margareth von Trotta em *Rosa de Luxemburgo*, recentemente exibido em São Paulo nos salvados do **FestRio**, definiu-se por fazer um filme histórico. O ponto de partida da diretora permitiu-lhe tanto continuar a discussão de uma temática que lhe é cara (a posição da mulher na sociedade moderna, a revolução, o terror, a Alemanha) como mergulhar no passado sem perder de vista o presente. Dessa forma Margareth bus-

cou na II Internacional Socialista a figura de Rosa. Mulher, polonesa sob a esfera de influência russa, aleijada de nascimento, além por casamento, revolucionária porque a História assim o exigiu, feita por natureza, teórica do socialismo, eis alguns dos predicados de Rosa trabalhados por Margareth.

Como toda biografia é um caleidoscópio, cabe à direção escolher as facetas que melhor revelam para o público a personalidade escolhida. No caso, Margareth recolhe bons trunfos quando analisa a Rosa rosa. A câmara dedica-se a contradizer as informações dos dossiês policiais sobre a "Rosa Vermelha", jogando com seqüências de uma mulher que não era revolucionária profissional, 24 horas por dia, que gostava de flores - chegou a montar um herbário na prisão -, de livros, de amigas em cuja intimidade dispensava as discussões políticas - e de amores, adultos ou juvenis, porém profundos.

Ao enveredar por este ângulo o filme ganha muito em interesse não

só pelo olhar amoroso dedicado pela diretora à vida de Rosa como pelas alternâncias de tempo, de passado e presente, que dinamizam o seu andamento. Curiosamente, a Rosa "vermelha", a Rosa revolucionária perde em substância quando a trama passa a discutir o seu fazer. Os discursos declamados para a platéia, em que Rosa ocupa a tela em plano próximo ou plano médio e o contraponto da câmara enquadrando a platéia de Rosa (extasiada) em plano geral, mostra-se um efeito antiquado e de pobres resultados para filme e espectadores. Com isso, Margareth consegue derrotar mais uma vez a questão da união proletária contra a guerra mundial.

E aí entra em cena o problema da Revolução. O dever do revolucionário é fazer a revolução, brincam os grafites. Séria, Margareth não consegue ver a revolução mas tão-somente o fracasso da revolução. O filme começa numa prisão onde Rosa, junto com outros revolucionários da fracassada Revolução de 1905 na Rús-

sia, assiste ao fuzilamento de alguns companheiros. Levada para interrogatório o seu fuzilamento é simulado para que ela, aterrorizada, delatasse o nome de um companheiro. O filme fecha-se com o brutal assassinato de Rosa e Karl Liebknecht, após o fracasso da Revolução Spartaquista de 1918-19 em Berlim. Em ambos os fracassos a Revolução é uma História mal contada. Em ambos os casos a prisão é a ante câmara da morte. Filmes e filmes alemães de pós-guerra e pós-Baader-Meinhoff estão com suas câmaras fixadas no universo concentracionário. Uns exorcizam as prisões e as mortes ditadas pelo nazismo; outros tentam decodificar o beco em que a Alemanha foi jogada pelo terrorismo. A própria Margareth já conta no seu currículo com um filme de temática semelhante: **Anos de Chumbo**. Portanto, não causa espanto que em **Rosa de Luxemburgo** Margareth volte com outra crônica da prisão, outra crônica da morte.

José Inácio de Melo Souza é paulista e pesquisador da História do Cinema Brasileiro.

A índia e o olho do branco

Beleza e dignidade, importância na vida da tribo, os espaços de poder e rebeldia das índias. Nada disso é retratado na maioria dos livros didáticos. Imagens estereotipadas se repetem a cada nova edição.

Norma Telles

Procura-se em vão, nos livros didáticos, alguma descrição consistente da vida da mulher indígena. Os manuais ainda são baseados na ideia da mulher submissa, uma sombra por trás do patriarca ou outro homem e sem o menor interesse em si. A história e a cultura aparecem como obra dos homens. De homens brancos, conquistadores heróicos.

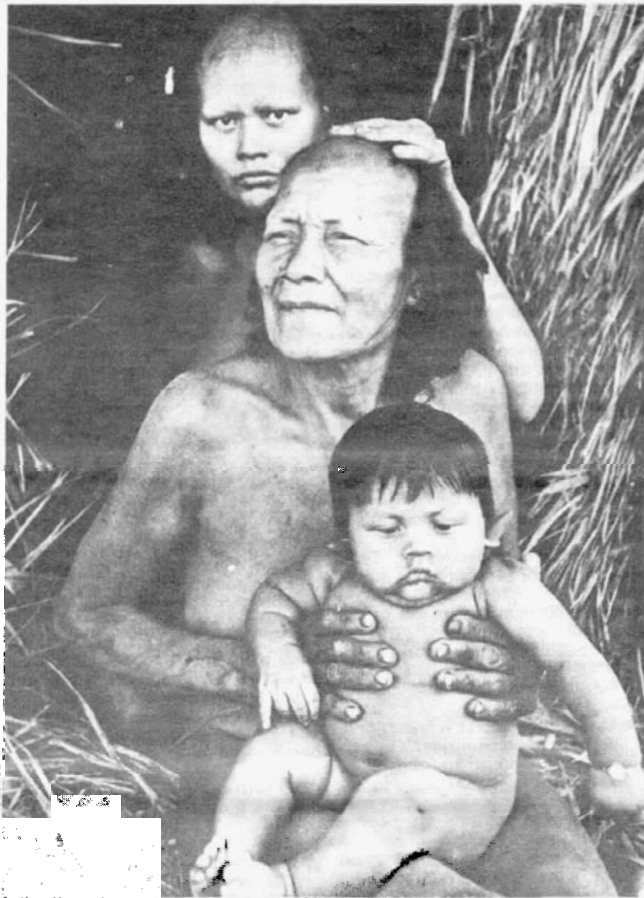
Os numerosos grupos indígenas, por sua vez, são apresentados, quando o são, de maneira genérica através da abstração "índio". Não se recorre aos trabalhos antropológicos para caracterizar modos de vida que não eram uniformes e que, embora diversos do nosso, não lhe eram de modo algum inferiores ou menos interessantes. A história das nações indígenas e a história da mulher são silenciadas e só aparecem através dos grupos dominantes, os brancos colonizadores, ou o homem.

Sendo assim, não admira que não se apresentem as várias vivências das mulheres nos grupos indígenas. Quando a índia é citada, o é de passagem mas num contexto que vale a pena examinar. Ela é mencionada através do homem branco como agente passivo e anônimo da miscigenação, como objeto de uma sexualidade desenfreada e paradiaciaca, pois sem nenhuma responsabilidade ou correspondência por parte do branco. São famosas as imprecisões e os sermões dos jesuítas contra o que chamam de omissão de costumes a partir do intercâmbio e vida comum entre índias e colonos.

Em alguns manuais mais antigos podia-se ver uma gravura de índia, seios de forma cobertos por um colar, uma tanga e expressão de criança inocente estampada na face. Despreocupada ela vagueia por campos ou florestas. Esta imagem da índia infantil, sensual e desocupada é antiga, já está presente na própria carta de Pero Vaz de Caminha. Os manuais perpetuam uma imagem de sensualidade que era a dos primeiros cronistas. Foi Gabriel dos Santos quem disse: "Não há pecado de luxúria que não cometam."

Nem lírico nem inocente

A figura exótica da índia, e tam-



Índias Kayapós - avó, mãe e neta - na aldeia Gorotire, 1957, pelos olhos de José Medeiros.

bém da escrava negra, dá o toque de erotismo nas paragens desconhecidas. Assim, as florestas verdejantes e a terra recém-conhecida prometem ao conquistador a melhor vida sexual de sua existência com mulheres que são a priori consideradas inferiores. São elas que aparecem como promíscuas, provocadoras, oferecidas ou prostituídas por pais ou maridos. Trocadas ou seduzidas por um espelinho ou um punhado de contas

de vidro. O homem branco permite-se a paixão luxuriante e selvagem, proibida pelo comportamento "civilizado", porque reforça suas boas intenções com o ideal da esposa branca trancada em casa. O conquistador mantém seu ideal e sua liberdade para seguir suas inclinações licenciosas.

Os contornos dessas imagens, quando observados mais de perto, não são líricos nem inocentes. Eles mantêm o estereótipo da índia sen-

sual, polimorfa, perversa, empobrecido pelo uso constante durante os últimos quatro séculos. Na verdade o que isto faz é reforçar os tabus sexistas e racistas. Na representação o comportamento ameaçador e promíscuo é incorporado, pelo homem branco, aos dominados e oprimidos, à mulher.

Eram muitas as nações indígenas no Brasil, e muitas e diversas as posições ocupadas pelas mulheres dentro delas. Mas, de modo geral, pode-se dizer que através da divisão de trabalho entre os sexos, e das funções atribuídas a grupos de idade, ela era em toda parte considerada provedora, educadora, enfim, um agente cultural com status próprio. Há tempos Baldus afirmava que os dois sexos eram valorizados entre estes grupos devido a sua capacidade de trabalho¹. Um livro recente mostra que embora não detenham a autoridade instituída as mulheres Suruí possuem poder informal e uma margem de manobra e rebeldia contra as instituições². Hoje, as mulheres indígenas estão conscientes de sua situação, examinam-a e se engajam na luta por seus direitos³.

Seria desejável que os autores de manuais revissem seus pressupostos e estereótipos. Tanto o da mulher dentro da família patriarcal, profundamente abalado por estudos históricos⁴, quanto o da índia sensual. Este último tópic, se tratado adequadamente, poderia ser enriquecedor, descrevendo modos de vida onde a mulher é considerada de modo diferente do que entre nós. Poderia nos fazer perceber que a desigualdade não é uma condição obrigatória das sociedades mas sim um produto histórico e cultural passível de mudança.

José Medeiros, o poeta da luz, nasceu em 1921 no Pau. Reporter fotográfico da revista **O Cruzeiro** de 1946 a 1962, dedicou especial atenção à documentação do negro do norte e aos personagens políticos e sociais da vida brasileira. Desde 1965 é diretor de fotografia de cinema, de filmes como "A Falecida", de Leon Hirszman, "A Rainha Diaba", de Antonio Carlos Fontoura, "Chica da Silva", de Carlos Diegues e "Memórias do Cárcere", de Nelson Pereira dos Santos.

1. **Ensaio de Etnologia**, Baldus
2. **Nós Paitei, Os Suruí de Rondônia**, B. Mindlin, Vozes, 1985
3. **A Identidade da Mulher Índia**, Eliane Pottigara, apresentado na Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher, outubro 1985
4. **A Família Brasileira**, E. Mesquita, Brasileira. **Cotidiano e Poder em São Paulo, Século XIX**, M. Odila S. Dias.

Norma Telles é antropóloga, professora da PUC/SP autora do livro **Cartografia Brasil**, editado pela Loyola.

PARTICIPAÇÃO DA EDITORA FTD

Nós da FTD, nestes 83 anos na área de livros didáticos, temos aprendido que é preciso ter uma filosofia básica: atuar em constante transformação, rompendo preconceitos e acumulando conhecimentos. E a maneira saudável que encontramos de fazê-lo é não manter fórmulas preestabelecidas, e sim estar por dentro da realidade complexa em que vivemos.

Em nossas obras há o cuidado permanente de checar o conteúdo e a forma para que sejam úteis aos professores e alunos.

Aos professores nos compete fornecer um material que torne a sua disciplina atrativa e descontraída. E que lhe permita cercar o programa sem esgotar as suas forças e consumir todo o seu tempo. Afinal, sabemos que geralmente não há horário disponível para elaborar as aulas dentro da escola. Procuramos oferecer opções de títulos e, neles, informações e sugestões diversas, no intuito de valorizar o seu trabalho e a sua imagem.

Nossos autores, editores e analistas também são professores.

Perante os alunos, temos o compromisso de captar e utilizar recursos didáticos como cores, ilustrações, tipologia de exercícios, tipo de linguagem, acompanhando as inovações pedagógicas. Fracionamos e dosamos a carga de informações, usando de coerência e objetividade adequadas ao desenvolvimento cognitivo esperado para cada série.

A nosso ver, estamos contribuindo para a formação da juventude a quem caberá, um dia, a decisão dos rumos do mundo. E não queremos um mundo preconceituoso e autodestrutivo.

Você, leitor, professora ou não, pode estar estranhando este breve artigo assinado pela Editora FTD e pode estar pensando em "matéria paga" ou "anúncio publicitário". Não tenha dúvida de que é uma mensagem publicitária. Queremos que você adote cada vez mais os nossos livros, porque temos certeza da

nossa identificação com as necessidades sociais referentes à formação de indivíduos.

Lembramos que você estará nessas próximas semanas escolhendo os livros didáticos que serão distribuídos pela FAE em 1988. Esta antecipação de escolha destina-se a colaborar com as escolas para que você e seus alunos recebam os livros em tempo hábil. Os códigos dos livros de sua escolha deverão ser obtidos no catálogo oficial fornecido pela FAE, PNLD-88.

Até breve.

EDITORA **FTD** S.A.

Isolada na sala de aula, sobrecarregada de trabalho profissional e doméstico, a professora acaba se percebendo como "tia", não como trabalhadora. Trazer o debate sobre o feminismo para dentro das escolas pode ser uma experiência renovadora para professoras e alunos.

Regina Célia Ferreira Aguiar

A discussão das questões femininas no interior da escola é necessária por ser a escola um local peculiar pelo predomínio de trabalhadoras mulheres exercendo diferentes atividades - professoras, serventes, especialistas, inspetoras, merendeiras, diretoras - em condições de trabalho precárias e similares às de outras mulheres trabalhadoras.

Essas questões aparecem nas conversas informais dessas mulheres quando reclamam de seus baixos salários e das condições de trabalho, justificam as faltas ao trabalho por não terem com quem deixar os filhos, contam suas doenças, queixam-se da empregada e da sobrecarga do trabalho doméstico, tecem comentários sobre companheiros, filhos e alunos.

As reclamações freqüentemente excluem a análise e a reflexão sobre as possíveis causas dessas situações desfavoráveis. As insatisfações vão-se acumulando, o descontentamento interferindo na prática pedagógica e na vida particular. Os movimentos reivindicatórios não extrapolam os limites da escola e não são percebidas as perspectivas de mudanças.

As reflexões sobre o feminismo no ambiente da escola poderão ser o ponto de partida para uma tomada de consciência do papel da mulher na sociedade, particularmente na educação. O movimento feminista surge como uma proposta de libertação das mulheres e, num sentido mais amplo, como um movimento transformador da sociedade. A participação em grupos de debates das questões femininas é uma forma da mulher resgatar sua identidade, assumir socialmente um papel mais autônomo, lutar por sua cidadania e inserir-se em movimentos mais amplos que viabilizem a modificação das estruturas sociais.



"A professora pede às meninas para arrumarem a sala e só aos meninos para fazerem tarefas fora."

O Feminismo em Debate na Escola Pública

Um assunto perigoso

Com a finalidade de iniciar a discussão do feminismo na escola onde trabalho (colégio público em Niterói/RJ) propus a formação de um grupo de debates sobre o tema. Houve resistência à proposta, um reduzido número de professoras declararam-se interessadas em participar do grupo e foram feitos comentários do tipo: "Esses assuntos são perigosos!", "As reuniões de grupos feministas não têm nada a ver com a melhoria do ensino", "Esses grupos vão ser ótimos para as alunas". A idéia foi apoiada por algumas professoras e por duas turmas do curso de formação de professores às quais o projeto foi exposto. A dificuldade passou, então, a ser o horário comum para a reunião. Conseguimos formar um grupo com cerca de dez alunas e nos reunimos quinzenalmente, no intervalo do almoço, e durante o último quadrimestre de 1985.

As discussões eram norteadas por leituras e comentários de textos, mas sempre prevaleciam os relatos das vivências pessoais. Falamos das condi-

ções de trabalho das professoras agravadas pelo acúmulo de várias jornadas em diferentes locais, tornando-a uma trabalhadora itinerante que necessita carregar na "sacola pedagógica": alimentação, livros, deveres de alunos, material didático... Falamos da baixa remuneração justificada pelo pressuposto de que seu salário apenas complementa o orçamento doméstico. Inúmeras vezes a professora prioriza suas atividades de mãe e de administradora da casa relegando a segundo plano a carreira, prejudicando sua ascensão profissional.

Conversamos sobre os motivos que as levaram a escolher a profissão de professora, da implicação da escolha por vocação. Ser vocacionada é ser a escolhida para cumprir uma missão e cumpri-la até o fim com prazer e êxito, vencendo todas as dificuldades. Quantos sentimentos de culpa e frustração isso acarreta!

Comentamos, também, sobre a escola ser considerada como segundo lar e a professora assumindo o papel da mãe ou da tia e privilegiando atividades não ligadas diretamente à transmissão do saber, como as boas maneiras e os hábitos higiênicos. A professora ser chamada de tia não é apenas uma forma carinhosa de tratamento, mas significa ser a substituta eventual da mãe. Tia é a mulher solteira que não exerce a maternidade, e, por isso, percebida como mulher incompleta.

Discutimos como a mulher é representada nos livros, didáticos e de histórias infantis, após a leitura e análise de livros trazidos pelas próprias alunas.

Um novo aprendizado

O mais importante foi essas discussões tornarem-se deflagradoras de uma nova forma de participação das alunas do colégio. Muitas vezes partíamos de situações observadas em seus estágios.

Passaram a ver o cotidiano da escola sob outra perspectiva, captando fatos que antes lhes eram despercebidos e

estabelecendo relações entre eles. Perceberam que a execução de tarefas por meninas e meninas na escola reproduz que aos homens cabem as tarefas fora do lar e às mulheres as tarefas restritas ao ambiente doméstico, como demonstra essa observação: "A professora só pede às meninas para arrumarem a sala e só aos meninos para fazerem tarefas fora da sala".

Começaram a detectar com mais clareza as situações de marginalização e de opressão dentro e fora da escola: "No livro todas mulheres brancas são donas-de-casa ou professoras, as negras são empregadas e é sempre uma menina que aparece ajudando a mãe no serviço doméstico. A professora usa o livro e não percebe nada disso", falou outra aluna.

Descobriram que existem ocultamentos no discurso proferido na escola: "Minha colega disse que adora ser chamada de tia pelas crianças. Eu, então, expliquei para ela o que é ser tia". Entenderam a importância dos espaços de discussão como membros de um grupo oprimido que precisa lutar para reverter esse processo.

As alunas iniciaram um novo aprendizado. Ser professora é ser trabalhadora, é encarar o magistério como profissão e não como vocação; é estar atenta para não ser oprimida e não reproduzir situações opressoras; é encontrar dificuldades e saber que elas não são individuais, mas de toda uma classe; é entender que suas lutas são as mesmas lutas de todas as mulheres trabalhadoras.

O movimento na escola prossegue lentamente, com avanços e paradas, passando por períodos intercalados de intensa discussão e de significativo silêncio. É preciso romper as barreiras da submissão a que estão acostumadas as mulheres.

Professora, quando é a próxima reunião?

Regina Célia Ferreira Aguiar é psicóloga da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e professora de Psicologia da Secretaria Estadual de Educação (RJ).



Rural ou urbana, a escola é considerada o segundo lar das crianças e relega a professora ao papel de tia.

Mimbó: a educação no quilombo

No município de Amarante, no Piauí, existe um povoado formado por cerca de 300 pessoas que compõem uma só família. Descendentes de escravos, vêm há várias gerações casando entre si. Vivem quase exclusivamente do cultivo da mandioca e enfrentam sérios problemas de sobrevivência, como a falta d'água. Só recentemente passaram a ter uma escola: aqui, o depoimento da professora do Mimbó.

Idelzuita Rabelo da Paixão

O povo do Mimbó é descendente de escravos. Os escravos foram libertados e o dono deles deu uma área de terra que ainda hoje é ocupada pela comunidade. Durante todo o tempo em que mora nessa região o grupo tem sido unido, vivendo sua própria vida.

A comunidade do Mimbó é formada de uma só família que hoje tem perto de 300 pessoas. Nós somos todos parentes. Poucas pessoas do Mimbó se casam com pessoas de fora. Por isso é que a comunidade continua do jeito que sempre foi. Todos vivem na lei da família.

Até dez anos atrás ninguém sabia do Mimbó e ninguém do Mimbó saía do povoado. A comunidade morava na margem do Riacho do Mimbó. Ali as terras são boas mas são muito poucas. Por isso a comunidade se mudou para cima da serra que fica mais perto da cidade. Quando a comunidade se mudou para cima da serra as nossas terras estavam sendo invadidas por uma empresa agrícola. Essa empresa até já cercou um pedaco muito grande. Foi aí que nós começamos a pedir ajuda, a pedir socorro a todos que possam ajudar, para que não deixem tomar nossas terras. Foi aí que o Mimbó ficou conhecido.

A primeira escola da comunidade foi criada em 1971 e ficava no Baixão, perto do rio. Até 1971 havia muitos analfabetos. A maioria das pessoas não sabia nem assinar o nome. Aqueles que aprenderam

alguma coisa foi à custa de muita dificuldade. A comunidade se reunia e pagava um professor particular. A minha primeira escola foi com esse professor. Apanhei tanto dele que fui obrigada a sair da escola. Só aprendi a ler em 1966, quando tinha 14 anos de idade, quando fui morar numa cidade perto do Mimbó. Lá estudei três anos e meio.

Em 1971 eu fui a primeira professora do Mimbó. Lecionava numa escolinha municipal. Em 1980 a prefeita da cidade me expulsou da escola e a escola ficou fechada durante dois anos. Com a criação da escola estadual, já em cima da serra, eu voltei a lecionar e aí estou até hoje.

Diretora, faxineira

Eu sou a diretora dessa escola. Mas a diretora da escola do Mimbó tem que ser também zeladora, faxineira, merendeira e tem que fazer todas as tarefas que é preciso fazer na escola.

As atividades da escola começam às sete horas da manhã, mas eu começo a trabalhar às seis horas. Eu tenho que arrumar as salas e limpar a escola. Quando os alunos chegam na sala eu faço a chamada e depois vou corrigir as tarefas de casa. Depois de corrigir as tarefas eu inicio a aula. Uma hora depois eu passo uma tarefa para os alunos fazerem na sala e vou para o mato procurar lenha para fazer a merenda. Depois de arrumar a lenha eu acendo o fogo e vou para as casas pedir painéis emprestados para fazer a me-

renda dos alunos. Enquanto estou preparando a merenda volto até a sala de aula para acalmar a bagunça dos alunos. A merenda é feita em cima de umas pedras no quintal da escola. Quando chove eu preparo numa das casas vizinhas da escola.

Quando os alunos terminam de fazer a tarefa de classe eu divido a merenda com todos eles. Depois da merenda tem um recreio de 15 minutos. Depois do recreio todos retornam às aulas. No final da aula eu passo novas tarefas de casa para eles devolverem no dia seguinte. Depois eu despacho os alunos às onze e meia. Antes eu despachava às onze horas, mas a supervisora reclamou que eu estava despachando muito cedo, aí eu passei a despachar às onze e meia.

Quando os alunos vão embora eu ainda fico na escola para limpar e preparar as salas para o turno da tarde. Depois de arrumar a escola eu vou lavar as vasilhas que tomei emprestado e devolver. Só aí é que vou para casa para preparar o almoço de minha família. Além da escola tenho que cuidar de meu marido e de cinco filhos: um de 15 anos, um de oito, um de seis, um de quatro e um de um ano e quatro meses que ainda amamento

A tarde, eu não dou aulas mas tenho que fazer todas as outras tarefas.

A escola é nossa

A escola do Mimbó sempre funcionou assim. E até esse ano nenhum aluno dei-

xou de estudar. Os únicos alunos que até hoje abandonaram a escola foram quatro meninos filhos de funcionários da empresa que está invadindo nossas terras e que foram embora para outro Estado. Nós temos três turmas funcionando. O pré-escolar tem 18 alunos, a primeira série tem 34 e uma classe multiseriada tem 12 alunos da segunda até a quarta série. Muitos alunos são reprovados, mas mesmo assim continuam na escola no ano seguinte. Mas acho que não pode ser de outro jeito, pois as dificuldades são muitas.

Os alunos não deixam a escola porque os pais não permitem. Os pais dizem até que eu posso castigar e sorrir, mas eu não faço isso porque grande parte da culpa é minha que não tenho condições de dar mais assistência. Mas essa escola é nossa, é de nossa comunidade, é da família e todos têm que zelar por ela. Mas mesmo assim é preciso melhorar, é preciso que nos ajudem.

Perto do Mimbó tem muitas outras escolas que não têm dificuldades como tem no Mimbó. Até parece que tem marcação com a escola do Mimbó. As dificuldades são só para o Mimbó.

Idelzuita Rabelo da Paixão é professora e diretora da escola do Mimbó. Deu este depoimento no encontro **O Negro e a Educação**, promovido pela Fundação Carlos Chagas em dezembro de 1986.

ENSINO



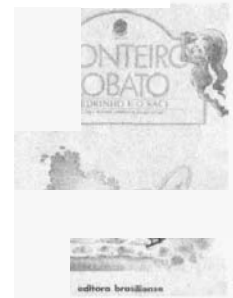
aventura de viver

Quando Monteiro Lobato começou sua incursão pela literatura infantil, fazia apenas histórias curtas. Foi só depois que resolveu ampliá-las e juntá-las em livros maiores. Com isso, sua obra infantil é mais lida pelas crianças na faixa dos 10 anos de idade. Ao lançar a coleção Rocambolé, a Brasiliense resolveu retomar aquela que seria a idéia inicial de Lobato, para facilitar a leitura dos recém-alfabetizados. Dos livros maiores, extraiu os episódios mais marcantes, sem alterar o texto original. Apenas alguns termos em desuso foram substituídos por outros atuais, como, por exemplo, "poltrão" por "medroso". Em livros ilustrados, os pequenos leitores têm o seu passaporte para o mundo do melhor autor infantil brasileiro.



- 1 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 2 - Narizinho Arrebitado
- 3 - A Pílula Falante
- 4 - O Pedido de Casamento

- 5 - Pedrinho e o Saci
- A seguir:
- 6 - O Casamento da Emília
- formato 21 x 28 cm



24pp - Cz\$ 35,00

editora brasiliense



Organização das mulheres rurais sai fortalecida do I Encontro Nacional

O sangue de Margarida parece ter se mesclado ao das 350 trabalhadoras rurais presentes em Brasília. A nova Constituição será alvo de descrédito se desconhecer suas reivindicações.

Verônica Silveira

Quem nega nossos direitos/ será negado também/ chega de mil promessas/ sem cumprir para ninguém". Entoando esse refrão, 350 trabalhadoras rurais de 25 estados da federação, exaustas dessas mil promessas, reuniram-se de 25 a 29 de novembro passado, no Centro de Convenções, em Brasília, onde se realizou, sob a promoção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) o **I Encontro Nacional de Mulheres Rurais**. Se para algumas das participantes o Encontro representou frustração, no sentido da ausência de respostas concretas às reivindicações apresentadas, para outras, uma conquista fundamental foi assegurada: a criação da **Comissão Nacional de Mulheres Rurais** que deverá funcionar como ponte de comunicação entre elas e o governo, de forma a possibilitar-lhes a oportunidade de serem institucionalmente ouvidas, com vistas à defesa de seus direitos na Constituinte.

Descrédito

A nova Constituição, para elas, será alvo de descrédito, caso desco-

nheça suas reivindicações. Todas elas resultantes de um levantamento detalhado de suas necessidades. Objetivas, elas já trouxeram suas propostas formuladas após discussões a nível municipal, estadual e regional. E esta, talvez, a razão por que, de imediato e em meio a muitas divergências, conseguiram se situar no Encontro, onde se constatou uma quase absoluta incompetência do governo para oferecer perspectivas de respostas às suas reivindicações. Com uma consciência crescente de que integram efetivamente a mão-de-obra produtiva agrícola do País, elas mostraram que querem e estão aptas a atuar como sujeito ativo de suas decisões e não como objeto de manipulação, por forças políticas com interesses estranhos a uma Reforma Agrária justa.

A participação nas decisões, na forma reivindicada pelas mulheres rurais, questiona, na prática, a opinião dos que discursam sobre democracia, mas tentam excluir a representatividade direta dos setores produtivos mais explorados. Sim, exploradas. Isto elas sabem que são. E, agora, em plena fase de ebulição de suas organizações comunitárias e sindicais, di-

zem estar dispostas a prosseguir na luta para dar um "basta" em tal situação. Não por acaso, as mulheres rurais exaltam, como símbolo de suas lutas, Margarida Maria Alves, 40 a 50 anos (não se sabe sua idade precisa) dois filhos, líder sindical desde 1973 e sempre reeleita, em Alagoa-Grande-PE, assassinada a tiros por três homens na porta de sua casa, em 1983, a mando de usineiros do Grupo Várzea.

O sangue de Margarida parece ter-se mesclado ao daquelas mulheres cujas veias saltam quando, a qualquer intervalo do Encontro, entoam o refrão do hino composto em e para as suas lutas: "Nossos direitos vêm/ nossos direitos vêm/ se não vir nossos direitos/ o Brasil perde também/ Chega de mil promessas sem cumprir para ninguém".

Sindicalistas

Para as participantes sindicalistas, o Encontro traduziu o descrédito no poder como agente de soluções. Já no segundo dia do Congresso, Rosa Mara, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, propunha à plenária que as mulheres rurais ali reunidas aderissem à

passeata de protesto contra o Cruzado II que se realizaria no dia seguinte, em Brasília. Muitos aplausos seguidos de resposta imediata da Mesa, que descartou a discussão da proposta de "ir à rua", transformar o Congresso em um "fato político". Rosa Mara lembrou às mulheres que, no ano passado, no Congresso dos Trabalhadores Rurais promovido pela Contag, em Brasília, eles foram à rua enfrentando tropas de choque, polícia mas, como resultado do desafio, conseguiram ser recebidos em comissão no Palácio do Planalto.

"Somos menos corajosas que os homens?", bradava Rosa. "A violência que enfrentamos no cotidiano não é bem maior que uma violência momentânea por ocasião de uma manifestação?" As respostas eram desafiadoras para uma plenária até então sem perspectiva de encaminhamento de suas propostas e portanto facilmente contagiável pelo fogo da combatividade.

Mas entre o Congresso da Contag e o da Embrater havia uma distância óbvia. O primeiro, de iniciativa dos órgãos de classe dos trabalhadores, reunia, em sua maioria, homens com um grau de independência maior em

lação ao poder. O segundo, realizada por iniciativa da Embrater, órgão do governo com atuação pautada pelos diretores da política governamental. Na opinião das sindicalistas, também os trabalhadores rurais e não apenas ministros de Estado, devem estar presentes no Encontro ue, por vezes, parecia assumir a supagagem de Congresso das Mulheres Rurais Assessoradas pela Embrater. Uma sindicalista chegou a comentar sobre a diferença entre o nível e consciência crítica dos homens e mulheres rurais em relação ao poder, admitindo que a experiência de organização independente das mulheres ainda não se consolidou tanto quanto dos homens, secularmente acumulada, o que os torna menos vulneráveis a propostas paternalistas do governo, quando se trata da defesa de seus interesses de classe.

A proposta de "ir à rua", que situa a luta das mulheres rurais numa dimensão mais ampla, logo foi contestada por uma trabalhadora rural do Rio Grande do Sul, sob a alegativa de que aquele não era o momento oportuno, por falta de organização. A plenária silenciou, enquanto a Mesa pressionou-se em preparar uma "ducha de água fria" para pôr termo à discussão. A presidência da Mesa endossava a opinião de que, naquele momento, o mais importante era voltar as atenções para a necessidade de dar mais um passo na organização das mulheres rurais, ao invés de transformar o Encontro em um fato político, expondo-se ao risco da dispersão. Esta foi a opinião que prevaleceu significando, para algumas, o senso de realidade das mulheres rurais que se davam por contentes com oportunidade que lhes foi proporcionada pela Embrater de chegar até o centro das decisões. Para outras, em especial as sindicalistas, a recusa de participação no protesto, aderido em várias intervenções, confirmou que as mulheres ali reunidas comportavam-se, sob o pretexto de manter a organização, como uma boiada submissa e atenta ao grito do vaqueiro.

Protesto

Com inegável habilidade, o presidente da Embrater, Romeu Padilha, expressou, na manhã seguinte do dia marcado para o protesto, a sua opinião sobre a proposta que concentrava as atenções no Encontro. Deixou claro que a decisão da maioria seria respeitada mas que, como presidente do órgão promotor do evento, o seu apoio significaria incoerência. "Democracia se aprende fazendo", disse Padilha, deixando às participantes a decisão. E com palavras elogiosas ao presidente Sarney, assegurou que estava tentando o acesso de uma Comissão das mulheres ao Planalto, para o encaminhamento do documento conclusivo de suas propostas.

A plenária endossou a não participação no protesto, o que, para muitas sindicalistas, representou nada menos que manipulação. Rosa Mara, cuja denúncia e proposta de discussão do decreto n.º 2293 de 21/11/86 foi abafada (o decreto suspende os financiamentos para assentamentos pelo Incra) chama atenção para os mecanismos de repressão da Nova República, "interessada em manipular os trabalhadores, dificultar as suas organizações independentes, desmobilizá-los". Cooptar o trabalhador, segundo Rosa Mara, é uma das táticas de um governo neocolonialista, seriamente comprometido com o

capital externo. Exemplifica, no que afeta o trabalhador rural, com alusão aos programas tipo Programa de Irrigação do Nordeste (Proine) Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Papp) entre outros, fartamente abastecidos pelo Banco Mundial.

Como Rosa Mara, muitas mulheres rurais mostravam-se decepcionadas com os rumos do Encontro. A decepção ofereceu o seu ângulo positivo, na medida em que desfizeram-se as ilusões que envolviam a atuação do governo em relação às expectativas das mulheres rurais. Elas confirmaram, mais uma vez, que a organização é fundamental para suas conquistas e, independente da orientação da Embrater, partiram para a iniciativa de, no próprio Encontro, for-

tornam o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) inexecutável ou dificultam a sua execução.

Curiosamente, a região Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rondônia) apresentou o maior número de propostas no tocante à "Mulher e a Questão Fundiária". O documento do Centro-Oeste insiste na desapropriação das terras devolutas, dos latifúndios e das multinacionais e considera que "não adianta doar terra, se o trabalhador não tiver condições para colocar essa terra em condições de produzir".

Mais injustiçadas no tocante à posse e uso da terra, as nordestinas (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Ala-

Iolanda Husak



Bandeira de luta comum: posse da terra também às solteiras

mar a Comissão Nacional das Mulheres Rurais, integrada por uma representante de cada Estado.

Esta comissão terá como ponto de partida para seu trabalho, a cobrança do cumprimento das reivindicações condensadas no documento entregue à assessoria do presidente Sarney, no último dia do Encontro. O documento contém uma síntese das principais propostas das mulheres rurais, formuladas por região, em encontros preliminares que abordaram os temas: A Mulher Rural, a Previdência e a Saúde; A Mulher e a Questão Fundiária; A Mulher Rural e a Produção Agropecuária; A Mulher e o Ensino Rural; As Pescadoras da Região Nordeste.

Diferenças

Não apenas no tipo físico das participantes mas, substancialmente, nas propostas, foram evidentes as diferenças entre a situação da mulher rural nas regiões Norte-Nordeste e Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Embora constem nos documentos das diversas regiões itens comuns como os relativos à previdência, saúde e educação, observa-se que nas regiões Norte-Nordeste a luta pela terra ainda se constitui a reivindicação básica, enquanto as outras regiões já se lançam, com mais especificidade, à defesa de uma política agrícola mais justa. Os documentos atestam que as mulheres formaram uma consciência crítica sobre o Plano Nacional da Reforma Agrária, na medida em que fazem emergir os pontos omissos que

goas, Sergipe e Bahia) querem infraestrutura básica que garanta moradia, saúde, educação, crédito rural sem aval, em tempo adequado e com juros baixos, ferramentas, sementes, adubo. Suas propostas chegam a ser mais exigentes em determinados aspectos, como os relativos a projetos de financiamento a fundo perdido aos beneficiados com a Reforma Agrária. (Sabe-se que, no campo, há casos de suicídio de trabalhador rural que não obteve produção suficiente para saldar seu crédito).

Essas diferenciações no conteúdo de certas propostas refletem as diferenças nas condições reais de trabalho que as mulheres rurais enfrentam nas diversas regiões do País. Embora, teoricamente, tenha se comentado muito, no Encontro, que não adianta receber terra sem condição de nela trabalhar, nota-se na experiência transmitida pelas participantes, que isto só é válido quando se trata de terra improdutiva. É o que se pode constatar com o exemplo oferecido por Dona Martinha, 56 anos, de Pedreiras-MA, que junto a um grupo de posseiros desde 1974, participou de luta pela posse da terra em latifúndio naquele município. Hoje, diz ela, embora nem todos tenham conseguido ainda o título de posse da terra, estão com o seu pedaço garantido, após uma luta ferrenha que resultou na expropriação da fazenda. Trata-se de terra produtiva, onde há carência de crédito, assistência técnica, estradas para escoamento da produção.

passo fundamental foi dado. Nesse aspecto, as nordestinas estão convencidas de que o fruto da luta é melhor que a dádiva. Exemplificam, lembrando os resultados negativos dos assentamentos em terras improduti-

A Nova Cara da Constituinte

REPOR GEM



Bete Mendes.



Roca



Márcia Kubitschek



Moema São Thiago



Benedita da Silva



Irma Passoni



Rita Camata



Sandra Cavalcanti



Tutu Quadros

Uma Constituinte com várias caras de mulher, pela primeira vez em nossa História: jovens, maduras, uma única negra, representando interesses nem sempre comprometidos com o feminino e popular, elas são 26 entre os 559 eleitos para elaborar nossa nova Constituição.

Um número expressivo entra na política através de pais ou maridos. Outras são lutadoras de muito tempo e se declaram comprometidas com o feminismo. A grande maioria tem filhos. As eleitas, e algumas derrotadas, estão nesta reportagem especial do **Mulherio**.

Sudeste

Um record nacional

Desta vez não haverá motivo para bairrismos, o Rio levará para a Constituinte o mesmo número de mulheres que São Paulo: três. Para a Assembléia, os cariocas fizeram uma candidata a menos (seis), ficando, no entanto, com a mais votada. Minas elegeu a vice-governadora e duas parlamentares estaduais, e o Espírito Santo, duas constituintes.

O fenômeno da "bancada caipira", formada pelos votos maciços vindos do Interior paulista, só atingiu os candidatos homens, pois todas as mulheres eleitas, tanto para a Câmara Federal como para a Assembléia Legislativa, foram votadas pela Grande São Paulo. A candidata mais próxima dos "votos distritais" é Telma de Souza (PT), com expressiva votação na cidade de Santos, litoral do Estado, onde é vereadora. São Paulo fez três deputadas federais - Bete Mendes (PMDB), Irma Passoni (PT) e Tutu Quadros (PSC) - e sete estaduais - Clara Ant (PT), Eni Galante (PMDB), Erci Ayala (PMDB), Guiomar de Mello (PMDB), Luiza Erundina (IPT), Ruth Escobar (PMDB) e Telma de Souza.

Queixas dos partidos não faltam, até mesmo a líder do PT na Câmara Federal, Irma Passoni, reeleita a duras penas, tem

as suas: "Nestas eleições o coro do 'já ganhou' dentro do partido acabou comprometendo a eleição de muitos candidatos, sem falar que não houve qualquer tipo de apoio durante a campanha. Não tive espaço no horário político, nem nos palanques".

A nível federal, as três candidatas por São Paulo se mostram abertas às reivindicações das mulheres, independente de ocuparem posições ideológicas distintas: Bete Mendes e Irma Passoni à esquerda e Tutu Quadros à direita. Todas apóiam a maioria das propostas reunidas na "Carta de Brasília", documento que resultou do Encontro Nacional organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para debater a nova Constituição.

Irma Passoni alerta que será preciso muito empenho para acabar com a discriminação legal contra a mulher, endossada principalmente pelo pátrio poder. Bete Mendes não tem dúvidas sobre as causas que defenderá: das mulheres e das liberdades democráticas, "condizentes com minha trajetória política", garante.

Apesar de não saber definir bem a diferença entre controle da natalidade e planejamento familiar, Tutu Quadros é contra as imposições governamentais no setor. Sobre outro tema polêmico, o aborto, Tutu, surpreendentemente, demonstra uma postura favorável: "O Estado não tem o direito de impedir a mulher de fazer o que quiser com seu corpo. Até hoje, as leis do aborto só têm beneficiado as mulheres das classes abastadas, deixando as pobres morrerem aos milhares nas mãos de curiosas por falta de assistência médica".

Nos limites regionais

Para Ruth Escobar, deputada estadual com trânsito federal, a eleição de São Paulo representou um avanço para as mulheres se comparada com os pleitos anteriores, não só pelo número de candi-

datas, que cresceu quinze vezes, como pelos resultados obtidos.

Voltadas para os limites e problemas estaduais, as outras candidatas paulistas estão preocupadas com o primeiro ano legislativo. Luiza Erundina pretende agilizar a discussão da Constituição Estadual, defender a bandeira da autonomia municipal, a reforma tributária e um novo ordenamento jurídico na questão do solo urbano. Guiomar de Mello promete muita solidariedade com as mulheres e a classe trabalhadora. "Afinal sempre fui mulher e pobre", justifica.

Mas o leque de interesse defendido pelas novas parlamentares paulistas é bastante amplo. Telma de Souza, além das propostas do seu partido, quer priorizar os temas ecológicos, já que a baixada santista reúne grandes áreas poluídas, como Cubatão. E a radialista Erci Ayala, por sua vez, quer abrir espaço para a sociedade civil desenvolver um trabalho para a recuperação de alcoólatras e viciados em drogas.

Com igual disposição para defender bandeiras na Assembléia, Clara Ant diz que a luta pelo povo envolve o compromisso com a luta da mulher, que passa pela creche e salários iguais, e pretende contribuir para a organização de movimentos populares, além de cuidar da questão da moradia, um ponto de honra para ela que é vice-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos.

Progressistas e Conservadoras

Mulheres, negros e favelados são os segmentos que Benedita da Silva (PT) a Bené, pretende representar na Assembléia Nacional Constituinte. "Quero fazer a defesa das minorias que representam a maioria da classe trabalhadora", enfatiza ela. Única vereadora do Partido dos Trabalhadores eleita em 82 para a Câmara carioca, Bené será também em Brasília a única constituinte mulher e negra. Bené



Clara Ant e Luiza Erundina, estaduais PT/SP

fez campanha nas favelas e lançou sua candidatura em conjunto com outros candidatos da comunidade negra.

Não sendo feminista, Sandra Cavalcanti (PFL), ao contrário de Bené, não endossa nenhuma bandeira feminista, já que não concorda com a "ideologia do movimento no Brasil". Sandra é contra o divórcio, o aborto, a liberação sexual, e favorável à instituição familiar. Defenderá na Constituinte a proposta de que o Estado assumira a responsabilidade da educação da criança até os 11 anos de idade.

Apesar de estreatante, Ana Maria Rattes (PMDB) teve bom desempenho nas urnas: 55 mil votos. Se projetou através do trabalho que desenvolveu na Secretaria de Apoio Comunitário de Petrópolis, durante a gestão de seu marido na prefeitura da cidade.

Musa das eleições

Na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Jandira Feghali não será lembrada apenas como a mais votada. Ela detém outro título: "musa das eleições", atribuído pela imprensa. Bem humorada, ressalta que sua eleição se deve à seriedade de suas propostas e não à aparência,

REPORTAGEM



Tancredo Neves e Junia Marisa, Vice-governadora PMDB/MG

mas que o título serviu para desfazer a imagem estereotipada da comunista: bruta e assexuada. Feghali deseja defender no parlamento a reforma sanitária, assistência infantil, educação sexual, creches, criação de delegacias da mulher, descriminalização do aborto e outras matérias igualmente importantes.

Entre as outras cinco deputadas eleitas — Heloneida Studart (PMDB), Lucia Arruda (PT), Yara Vargas (PDT), Daisy Lúci-di (PFL) e Alice Tamborindeguy (PDT) —, somente as duas primeiras são feministas. Heloneida não conseguiu se reeleger em 82, foi “pro-consultada”, isto é, vítima da manipulação dos resultados obtidos pela Pró-Consult, empresa encarregada da totalização dos votos no Rio. Agora irá defender as bandeiras do feminismo no plenário.

Lucia Arruda, por sua vez, cumpre seu segundo mandato. Durante o primeiro, apresentou o polêmico projeto que obrigava a rede pública do Estado do Rio a prestar atendimento médico à mulher nos casos de aborto permitidos por lei — projeto sancionado pelo governador Leonel Brizola, mas revogado por pressão direta do cardeal D. Eugênio Salles.

Isca de votos

Ao contrário do que se pensa, a vitória da deputada federal Junia Marisa, eleita vice-governadora de Minas Gerais, não é das mulheres mas do PMDB, por um simples fato: sua candidatura serviu de isca para 52% do eleitorado feminino, sem que Newton Cardoso precisasse endossar nenhuma plataforma feminista.

No conservador Estado mineiro, concorreram nestas eleições quase duzentas mulheres. No entanto, Sandra Starling, eleita pelo PT para a Assembléia Legislativa, não acredita que este número indique um aumento de participação política: “Com raras exceções”, diz, “os partidos

usaram a mulher como massa de manobra”. Sandra concorreu ao governo do Estado em 82 e ao cargo de vice-prefeita em 85. Eleita, promete muito empenho na defesa dos direitos fundamentais das mulheres e das questões sociais.

Além de Sandra, os mineiros elegeram outra deputada estadual: Maria Elvira, do PMDB, integrante do Conselho Nacional pelos Direitos da Mulher. Defensora da soberania nacional e da justiça social, Maria Elvira reafirma sua intenção de continuar atuando em defesa dos direitos da mulher, segmento com o qual se comprometeu durante os meses de campanha nos palanques, praças públicas e portas de fábrica.

As duas faces

“Sou mais feminina que feminista.” Assim se define Rita Camata (PMDB), a mais jovem constituinte, eleita pelo Espírito Santo, que se tornou candidata contra a vontade do marido, o ex-governador Gerson Camata, eleito senador. “Ele acreditava que eu era imatura politicamente”, justifica. Para surpresa geral, Rita não só foi eleita, como obteve 12,2% dos votos atribuídos aos 65 outros concorrentes. Mas, se contrariou o marido, não pretende ir contra sua formação católica. Em questões como o aborto, as-

SUDESTE						
Estado	Eleitores	candidato(a)s		eleito(a)s		%
		mulheres	homens	mulheres	homens	
São Paulo	15.982.481					
Senado		1	12	0	2	0
Câmara		53	747	3	57	5,26
Assembléia				7	77	9,09
Rio de Janeiro	6.463.436					
Senado		0	21	0	2	0
Câmara		41	686	3	43	6,97
Assembléia				6	64	9,37
Espírito Santo	992.503					
Senado		1	8	0	2	0
Câmara		7	63	2	8	25
Assembléia				0	30	0
Minas Gerais	6.851.755					
Senado		0	17	0	2	0
Câmara		4	45	0	53	0
Assembléia				2	75	2,66

Fontes: Ibase e TSE

sume uma posição condizente com a da Igreja, ou seja, contra. Vota favoravelmente na reforma agrária já, direito à greve e garantia de emprego.

Além de Rita, o PMDB capixaba conseguiu fazer outra deputada federal: Rosilda de Freitas, a Rose, considerada uma progressista dentro do partido. Sem estar ligada a qualquer grupo feminista do Estado, Rose vem defendendo desde sua eleição para a Assembléia, em 82, onde era a única deputada, uma participação maior

da mulher nos diferentes setores da sociedade. Na Constituinte quer ampliar essa proposta, lutando “pelo fim da discriminação contra as mulheres, negros, trabalhadores e crianças”.

Como Rita Camata, a deputada Rose de Freitas também possui políticos na família. Casada com o filho de Hugo Borges, no entanto, Rose nega a influência da família Borges em sua eleição, e afirma defender os interesses dos seus eleitores e não dos familiares.

Feminismo não dá voto a ninguém”, constatou Zulaiê Cobra Ribeiro (PMDB-SP) no meio de sua campanha eleitoral à Constituinte, “porque a maioria dos homens vê essa postura como radical e as mulheres ainda não estão abertas a esse tipo de discurso”. Porém, nos 24 mil votos obtidos por Zulaiê, estão computados os sufrágios conscientes de muitas mulheres jovens, segundo ela produto dos últimos dez anos de luta feminista.

Considerada também uma candidata ideológica, Rose Marie Muraro (PDT-RJ) define seu período de campanha como “os seis meses em que fui homem”, tamanha a concentração de valores masculinos negativos no mundo da política, caso da crueldade, violência, impessoalidade e manipulação. Toda essa experiência, Rose Marie vai transformar num livro, capaz de lhe render dezenas de processos, pois tem denúncias até contra o PT carioca, acusado de sectarismo.

Outra candidata comprometida com a luta das mulheres e derrotada foi a vereadora Ireda Cardoso (PT-SP). “A mulher não saiu vitoriosa por causa da divisão”, justifica. “Elas formam uma minoria oprimida ainda sem consciência e solidariedade”. Sua derrota, ela atribui a uma campanha mal articulada por falta de recursos econômicos e a uma eleição atípica, que não reservou espaço equitativo de propaganda no rádio e TV para todas as legendas. “O PT dispôs de apenas oito minutos, de acordo com sua representação parlamentar”, observa, “e resolveu privi-

Três versões sobre a derrota

Santamaria Silveira

legiar os candidatos majoritários, além de fazer uma campanha equivocada”. No início empregou a paródia, vertente na qual os demais partidos também investiram, o que o levou a mudar para uma linha “Rex Humbard” para se diferenciar dos concorrentes, nada agressiva, com muito branco e música suave. Zulaiê Cobra Ribeiro também tentou junto ao PMDB um espaço no horário de Orestes Quêrcia, se propondo a fazer um tour de force contra Afanásio Jazadji (PDS-SP), que em suas intervenções atacava a questão da segurança no governo Montoro. “Tenho 18 anos como advogada criminalista”, explica Zulaiê, “e poderia ter rebatido com argumentos definitivos as blagues violentas do candidato pedessista, mas não consegui convencer a produção do programa de minha competência e força, talvez por ser mulher. E pior, sem cacife político”.

No Rio de Janeiro a situação não foi muito diferente. “No horário eleitoral gratuito do PDT predominou o machismo”, alega Rose Marie, “apenas o senador Frejart me abriu espaço para falar”. Na análise de Rose Marie, a falta de acesso à mídia eletrônica foi apenas uma das medidas tomadas pela “Internacional Capita-

lista” para destruir a oposição no Brasil. As outras foram: a corrupção eleitoral — que ganhou muitos mandatos na caneta —, o número exagerado de candidatas e a dificuldade da cédula. “O povo entendia seu discurso e queria votar em você”, lembra Rose Marie, “mas foi impedido literalmente de escolher seu representante pela complexidade da cédula”.

Saldo geral

Para Ireda Cardoso, nenhuma mulher com propostas feministas foi eleita por São Paulo para o Congresso Constituinte. “Tutu Quadros é herdeira da máfia ianista”, afirma, “Bete Mendes não passa de uma artista da Globo e a Irma Passoni só agora está se sensibilizando para a questão”. Zulaiê não concorda com essa observação, prefere a ótica positiva: “Bete Mendes, apesar de muito política, progrediu bastante no trato da problemática feminista; Tutu, independente das diferenças ideológicas bem nitidas, pode ser uma aliada; e Irma mostra-se acessível, a despeito de suas ligações com a Igreja — uma entidade de um machismo cruel, fato que revela um pacto conflitante com o PT, já que o partido se propõe a combater todas as injustiças sociais”.

Das três candidatas eleitas pelo Rio, “só a Bené (Benedita da Silva), PT, pertence aos 10% de candidatos populares que fazem parte do Congresso, segundo Rose Marie Muraro. “Sandra Cavalcanti (PFL) e Ana Maria Rattes (PMDB) todo mundo conhece. A primeira pertenceu à UDN e a segunda foi eleita com verbas do município de Petrópolis, onde o marido é prefeito”. A avaliação dos demais candidatos também não é mais positiva: “Quem já não fez parte de algum lobby sofrerá um assédio constante, pois até durante a campanha recebi continuadas propostas de suborno”, diz Rose Marie.

Durante o Congresso Constituinte, Ireda espera que as mulheres compreendam a importância da situação e façam pressão organizada através dos seus movimentos. Zulaiê Cobra Ribeiro endossa a pressão: “Se as mulheres não começarem a se mostrar conscientizadas do que querem, as coisas podem continuar como são por mais alguns séculos, principalmente no caso de a Constituição passar por um referendo popular”. Zulaiê informa ainda que está sendo articulado um lobby institucional entre a OAB-DF, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), conselhos estaduais e outras entidades para encaminhar propostas específicas das mulheres ao Congresso Constituinte. Paralelamente, o CNDM está lançando uma ampla campanha publicitária com o slogan: Viva a diferença, mas com igualdade.

Sul

Sem representação federal

A região Sul do País elegeu seis candidatas, todas para a legislatura estadual. O Paraná lidera em número os Estados sulistas, com três mulheres diplomadas para um mandato, seguido do Rio Grande do Sul com duas representantes e Santa Catarina com apenas uma deputada.

Os resultados das eleições no Paraná são positivos se analisados percentualmente, pois entre cinco mulheres candidatas à Assembleia Legislativa, três foram eleitas. Outra característica favorável foi a indicação maciça de mulheres para os cargos majoritários no PT: vice-governadora e as duas senadoras. A candidata mais votada, mas não eleita, Zélia Passos, afirma que este fato significa um reconhecimento do partido ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que apresentam também a possibilidade de renovação e mudança por incorporarem novos valores à vida política.

Muitas mulheres foram eleitas por este Brasil afora no dia 15 de novembro — uma representação expressiva, tanto para as assembleias estaduais como para a Câmara dos Deputados. Pode-se falar até em uma mudança de patamar da atuação política da mulher brasileira, não só pelo número de constituintes eleitas — 26 — como pela votação expressiva que tiveram. De uma perspectiva histórica, então, o quadro é inédito: Carlota Queiroz integrou a Constituinte de 33, mas para a última — a de 46 — nenhuma mulher foi eleita e apenas 15 mulheres cumpriram mandatos até hoje na Câmara Federal. Para o Senado nunca foi eleita uma mulher, embora quatro tenham exercido mandato em substituição aos titulares.

As 26 constituintes eleitas em 86 superam o número total de mulheres que já passaram pelo Congresso, com mandato próprio, em toda a história da República. Ou seja, as mulheres superaram, em novembro, todos os marcos eleitorais anteriores.

Diga-se, de passagem, que até agora o fato não mereceu qualquer destaque na imprensa. As poucas notas falam em "poucas mulheres eleitas" ou apenas 4% das cadeiras do Congresso: um tratamento distorcido e discriminatório, como ficou bem descrito em matéria do **Mulherio** 26 (Mulher não é pauta de jornal, de Ana Verônica Mautner e Sílvia Campolim). Tal distorção é também um indicio de que as atividades das mulheres recém-eleitas, na Constituinte, terão pouca visibilidade na imprensa.

A composição da bancada feminina difere, no perfil partidário, do conjunto do Congresso: O PMDB elegeu 53% dos constituintes, mas sua participação cai para 38%

Amélia Hruschka, Irondi Pugliesi e Vera Agibert foram as três candidatas do PMDB eleitas no Paraná. A primeira começou na política como vereadora em Campo Mourão (517 quilômetros de Curitiba), onde desenvolveu atividades voltadas para a área assistencial. Na Assembleia apresentou projetos para a aposentadoria da trabalhadora rural e, neste seu novo mandato, enfatiza que não terá propostas específicas para a mulher, mas para a sociedade como um todo. "Quero construir uma sociedade mais justa e humana", garante.

Já Irondi Pugliesi, também reeleita, possui participação intensa nos movimentos de mulheres. Durante seu primeiro mandato, preocupou-se com a organização das mulheres dentro do próprio



Luci Choinasky, Deputada Estadual PT/SC

partido, fato que resultou na criação do Departamento Feminino do PMDB. É representante do Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher no Paraná e ajudou a criar a Delegacia da Mulher. Nesta legislatura pretende lutar pela Secretaria de Estado da Mulher, proposta que está encontrando resistência por parte do governador eleito, Alvaro Dias.

Uma camponesa no poder

O Estado de Santa Catarina reservou uma surpresa neste pleito: elegeu a camponesa Luci Terezinha Choinaski, do PT, a mais votada de seu partido. Um feito raro em todo o País e, principalmente, num Estado tão conservador, que até hoje elege somente uma mulher para a sua Assembleia, uma professora negra, Antonieta de Barros, em 1934.

Luci, além de ser a única mulher, será também a única representante do Partido dos Trabalhadores, que lançou em Santa Catarina o maior número de candidatas: nove. No entanto, algumas delas, como Isoldi Espíndola, têm suas críticas: "O PT abriu espaço às candidaturas femininas", diz, "mas a cúpula partidária não confia na representação política das mulheres".

Apesar dos problemas partidários e valendo por uma bancada, Luci Choinaski, proprietária de uma pequena gleba de terra a 800 quilômetros de Florianópolis, espera ser o canal parlamentar do Movimento das Mulheres Agricultoras, "que deve permanecer autônomo em relação a todas as instituições, sejam partidos ou a Igreja, para não haver amarração", alerta.

Na Assembleia catarinense, Luci deve enfrentar uma rotina bem diferente do trabalho realizado na roça, mas não pretende fazer como muitos políticos que somem depois de eleitos. Como parlamentar, deseja levar ainda a bandeira dos sem-terra, à espera da reforma agrária, da sindicalização, aposentadoria e outros benefícios.

SUL						
Paraná Eleitores 4.039.784	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	3	14	0	2	0	
Câmara	24	254	0	30	0	
Assembleia			3	51	5,88	
St. Catarina Eleitores 2.115.480	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	2	17	0	2	0	
Câmara	4	87	0	16	0	
Assembleia			1	39	2,56	
Rio Gde. Sul Eleitores 4.355.054	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	0	15	0	2	0	
Câmara	15	207	0	31	0	
Assembleia			2	53	3,77	

Fontes: Ibase e TSE

A bancada feminina na Constituinte: maior e melhor do que parece.

Fátima Jordão

entre mulheres; o PFL elegeu 26% no total e 27% das mulheres; os partidos de esquerda (PT, PCs e PSB) fizeram 5% do total e 15% entre as mulheres — três vezes mais, portanto; o PDS elegeu 6% no conjunto e menos de 1% entre as mulheres.

As mulheres estão mais representadas à esquerda. Portanto, a tendência da bancada feminina será mais progressista. De outro lado, as mulheres poderão ser menos influentes, pois pertencem a bancadas estaduais menores e a maioria vem de Estados economicamente mais atrasados.

São Paulo, Rio, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná — mais pesados politicamente — são representados por 259 constituintes — 53% do total. A bancada feminina desses Estados é de apenas 23%. Foram eleitas mulheres mais expressivamente no Norte e Nordeste: Amazonas elegeu oito constituintes, dos quais três mulheres. Com exceção do Pará, todos os Estados e territórios do Norte elegeu mulheres. Em compensação, os Estados do Sul do País, assim como Minas — tradicional usina de políticos do País — não elegeram nenhuma.

Este quadro aparentemente configura uma contradição, pois os movimentos femininos e feministas estão mais avançados onde proporcionalmente menos mulheres foram eleitas. As mulheres teriam desqualificado o caminho da política institucional como forma significativa de ação neste momento histórico de transformações?

Muito ao contrário, o contingente mais avançado de candidatas mulheres — mais progressistas e, algumas delas, feministas — disputou as eleições justamente nos Estados mais influentes politicamente. E, como contingente mais avançado, enfrentou maiores problemas de campanha: isolamento dentro de seus partidos e falta de condições materiais e financeiras para conseguir visibilidade junto aos eleitores.

No Norte, o PFL fez metade da bancada feminina e várias candidatas fizeram campanhas milionárias, como Eunice Michiles e a estreante Sadie Hauache. Em Roraima, Marluce Pinto (PTB) adicionou ao peso econômico da campanha o prestígio do marido, o ex-governador Otomar S. Pinto, também eleito. Outras constituintes que ocuparão cadeiras graças à proteção do prestígio e

poder de pais e maridos são: Wilma Maia (RN), Rita Camata (ES), Marcia Kubitschek (DF) e Tutu Quadros (SP).

Apesar da composição regional torná-la menos influente, apesar dos mecanismos conservadores de parentesco que elegeram muitas deputadas, acreditamos que o desempenho da bancada feminina deverá ser avançado, por força das demandas políticas da população feminina.

Essas demandas já são claramente diferenciadas e organizadas dentro dos partidos e no seio da sociedade através dos movimentos autônomos. A luta das mulheres já alcançou vitórias significativas no passado recente e existem projetos avançados dos conselhos estatais, elaborados com grande apoio dos grupos organizados de mulheres, visando aos trabalhos da própria Constituinte. Certamente, os lobbies femininos e feministas terão uma atuação vigorosa em Brasília.

Papel importante deverão ter as constituintes mais identificadas com as questões específicas da mulher e que destacaram em suas campanhas esses compromissos: Moema São Thiago (CE), Raquel Cândido (RO), Bete Mendes (SP), Lidele da Matta (BA) e Rose de Freitas (ES).

Portanto, o prognóstico é otimista, mas o fundamental será mobilizar e articular a sociedade, as mulheres, em particular, para o sagrado papel da pressão política — uma pressão que precisa ser visível e contundente.

Fátima Jordão é Assessora de Pesquisa da Secretaria do Governo de São Paulo e Conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina/SP.

Poucas candidatas, duas eleitas

O saldo gaúcho destas eleições mostrou que apenas 2,5% dos eleitores do Rio Grande do Sul votaram em candidatas à Assembleia, conseguindo, a despeito disto, eleger duas deputadas: Eclea Fernandes, ex-mulher do governador Sinal Guazelli, e Hilda Souza, ambas do PMDB, partido que apresentou 44 candidatos homens e três mulheres. Uma porcentagem não muito diferente do computo geral: 216 candidatos homens para 11 mulheres.

Eclea Fernandes se reelegeu para mais um mandato e, independente desta posição privilegiada, pondera que as mulheres estão longe de ocupar o lugar merecido na sociedade, e consequentemente, na política. Pretende continuar defendendo a conquista de maior espaço para as mulheres, que mesmo em termos de pro-



Hilda Souza, Deputada Estadual PMDB/RS, e filhos

anseios populares e para que o Brasil viva uma democracia sólida e efetiva.

Para as candidatas derrotadas, como Darcy Furtado, do PDT, eleita anteriormente para quatro mandatos parlamenta-

Centro-Oeste

Perdas e Ganhos

Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não elegeram nenhuma mulher para o Congresso Constituinte. Para contrapor a essa balança desfavorável, Brasília diplomou duas parlamentares mulheres, seguida por Goiás, com uma representante. O Centro-Oeste ainda fez cinco deputadas estaduais.



Maria de Lourdes Abadia, Deputada Federal PFL/DF

envolvimento aberto pela Constituinte"

A BANCADA FEMININA NA CONSTITUINTE

	NOME	IDADE	PROFISSÃO	VIDA PÚBLICA	SIT. CONJ., FILHOS	PARENTESCO	PARTIDO
NORTE: 8							
AC	M. Lúcia Araújo	51	prof. prim.	dep. fed. cassada 68	viúva, 2	mulher ex-gov.	PMDB
AP	Raquel Capibenbe	47	prof. 1º, 2º gr.	ex-vice-prefeita	—	—	PMDB
AM	Beth Azize	43	advogada	dep. est. 82	solteira	—	PSB
	Sadie Hauache	51	jornalista	derrot. Senado 82	casada, 5	—	PDS
RO	Eunice Michiles	57	prof. prim.	supl. senadora	casada, 5	—	PFL
	Raquel Cândido	35	prof. a técnica saúde	vereadora 82	casada, 3	—	PFL
RR	Rita Furtado	40	radialista	dep. fed. 82	casada, 2	—	PFL
	Mariuce Pinto	43	empresária	—	casada, 1	mulher ex-gov.	PTB
NORDESTE: 7							
BA	Lidice da Meta	51	economista	vereadora 82	casada, 1	—	PC do B
	Abigail Feitosa	56	médica	dep. est. 82	casada, 1	—	PMDB
CE	Moema São Thiago	41	adv. trabalh.	lider estudantil ex-exilada	solteira	—	PDT
PB	Lúcia Braga	52	assist. social	pres. Fund. Social do Trab.	casada, 2	mulher ex-gov.	PFL
PE	Cristina Tavares	52	jornalista	dep. fed. 82	solteira	—	PMDB
PI	Myrian Portella	64	advogada	derrot. pref. 85	casada, 5	mulher ex-gov.	PDS
RN	Wílma Maia	41	pedagoga	secret. est.	casada, 4	mulher ex-gov.	PDS
SUDESTE: 8							
SP	Beth Mendes	37	atriz	dep. fed. 82	casada	—	PMDB
	Tutu Quadros	42	bióloga	assessora PDS	desq. 6	filha ex-pres.	PSC
	Irma Passoni	43	prof. 1º gr.	dep. fed. 82	casada, 2	—	PT
ES	Rita Camata	25	jornalista	—	casada, 1	mulher ex-gov.	PMDB
	Rose Freitas	37	radialista	dep. est. 82	casada, 2	nora de político	PMDB
RJ	Benedita Silva	44	assist. social	vereadora 82	casada, 6	—	PT
	Ana M. Rattes	47	advogada	sec. municipal	casada, 3	mulher pref.	PMDB
	Sandra Cavalcanti	61	jornalista	derrot. gov. 82	solteira	—	PFL
CENTRO-OESTE: 3							
DF	Márcia Kubistchek	43	jornalista	diret. Fund. Cult.	casada, 3	filha ex-pres.	PMDB
	M. Lourdes Abadia	41	assist. social	adm. regional	desq. 3	—	PFL
GO	Lúcia Vânia	42	comunicações	pres. Org. Vol.	casada, 3	mulher ex-gov.	PMDB
SUL: 0							

se diz hoje tão entusiasmada como Juscelino no cumprimento de seu Plano de Metas, que impôs o ritmo de 50 anos em cinco. "Mas nesse novo saldo para o de-

"Um grito de mulher pelas reformas sociais" foi o slogan que ela utilizou em sua campanha. Nada mais adequado para uma antiga moradora das primeiras fave-

CENTRO-OESTE

Goiás	candidata(o)s		eleita(o)s		%
	mulheres	homens	mulheres	homens	
Eleitores 1.997.361					
	1	8	0	2	0
Câmara	13	109	1	8	12,5
Assembleia			2	38	5,12
Distrito Federal	candidata(o)s		eleita(o)s		
Eleitores 476.536	mulheres	homens	mulheres	homens	%
Senado	4	64	0	3	0
Câmara	12	56	2	6	33,33
Assembleia			0	0	0
Mato Grosso	candidata(o)s		eleita(o)s		
Eleitores 582.063	mulheres	homens	mulheres	homens	%
Senado	1	4	0	2	0
Câmara	4	45	0	8	0
Assembleia			1	23	4,34
Mato Grosso Sul	candidata(o)s		eleita(o)s		
Eleitores: 735.270	mulheres	homens	mulheres	homens	%
Senado	0	10	0	2	0
Câmara	3	41	0	8	
Assembleia			2	22	9,09

REPORTAGEM

Nordeste

Eleição pulverizada

Na região nordestina, a representação feminina ficou dividida assim: cinco deputadas para a Assembléia Legislativa e sete para o Congresso Constituinte. A ressaltar, a candidatura de mulheres para o governo da Bahia, Maranhão e Sergipe, e uma para o Senado por Pernambuco.

Os Estados de Alagoas e Sergipe alcançaram um índice infeliz. Foram os únicos em todo o país que não elegeram nenhuma mulher para qualquer cargo em disputa no 15 de novembro. Já os sete que fizeram constituintes, se restringiram a uma representante cada: Ceará, Moema São Thiago (PDT); Pernambuco, Cristina Tavares (PMDB); Rio Grande do Norte, Wilma Maia (PFL); Bahia, Lidice da Matta (PC do B); Paraíba, Lúcia Braga (PFL) e Piauí, Miriam Portela (PDS).

Voto consciente

O recadastramento eleitoral se propôs a acabar com o eleitor fantasma (aquele que morreu, mas por obras dos bem vivos continua votando) e os múltiplos (com mais de um título). Se a informática conseguiu terminar com essas duas deformações do processo eleitoral



Ulysses Guimarães e Cristina Tavares, Deputada Federal PMDB/PE

brasileiro, nem chegou perto de outra instituição nacional: o voto de cabresto. Enquanto Moema São Thiago (PDT-CE) propunha o voto consciente por todo Ceará, não deixou de ver troca de voto por óculos, dentadura e sapato.

O voto consciente foi um ponto de honra para Moema, secretária geral e uma das fundadoras do PDT. Antes da campanha estar nas ruas, ela já promovia debates sobre a Constituinte. "Era importante que o povo soubesse que uma nova Carta Magna é um instante de avanço ou retrocesso no processo democrático do País. E seria necessário, por isso mesmo, escolher bem na hora de votar".

Para Moema, nesses debates não havia assuntos indigestos como a descriminalização do aborto, que ela defende. E lembra: "Essa pergunta, infelizmente, nunca era feita por mulheres". Na tentativa de evitar mal entendidos, Moema se reservava o direito de argumentar, mostrando o processo do aborto em Portugal e Espanha, países onde viveu no exílio. "Sempre fui entendida", conclui.

Além das forças oligárquicas e assuntos polêmicos, Moema teve de enfrentar a crítica ao desempenho da prefeitura de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, para vencer as eleições. "Maria estava



Marilene Coimbra, Deputada Estadual PDS/MS

de Brasília, um fato que despertou em Abadia o propósito de lutar contra aquelas condições de vida "para qualquer pessoa". Ela optou pelo Serviço Social, lançando-se ao trabalho de remoção das favelas para a cidade satélite de Ceilândia.

Após 15 anos de trabalho, tornou-se a primeira e única mulher administradora regional, equivalente a prefeita de Ceilândia. Sua candidatura apoiou-se nesse trabalho, acrescido de sua experiência como presidente da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. Abadia candidatou-se pelo PFL porque foi o partido que lhe possibilitou condições mínimas de campanha: cinco carros. Eleita, ela pretende levar sua bandeira de reformas sociais para a Constituinte, através de projetos viáveis voltados para os interesses do segmento responsável por sua vitória: os trabalhadores que ganham um salário mínimo.

Contra o aborto e creches

Goias elegeu três mulheres. Apenas Lucia Vânia de Abrão Costa (PMDB) conseguiu tomar posse de uma das 16 cadeiras do Estado na Constituinte. A exemplo de muitas outras candidatas deste pleito, ela também entrou para a política como

primeira-dama, quando seu marido, Irapuan Costa, assumiu o governo. Apesar deste respaldo, Lucia afirma que foi discriminada pela sociedade goiana, que vê a mulher apenas como esposa e mãe.

A tendência progressista cobrada pela deputada eleita, no entanto, não está presente em sua plataforma, que possui o mesmo tom conservador. Ela é contra o aborto: "Uma prática que deixa seqüelas físicas e psicológicas". Lucia prefere endossar o planejamento familiar, alertando para o grande número de laqueaduras realizadas no país, inclusive com fins eleitorais.

A posição mais polêmica da nova constituinte, porém, é ser contra as creches. "É um direito importante que a mulher trabalhadora conquistou", ressalta, "mas vejo com receio a criação indiscriminada de creches, pois diante desta obrigatoriedade, muitas empresas devem restringir o mercado para a mão-de-obra feminina". E na mesma visão limitada, completa: "Temos ainda de discutir mais profundamente os problemas que cercam uma criança criada em creches, longe do convívio diário e do carinho da mãe".

Para a Assembléia Legislativa, Goiás elegeu Conceição Gayer (PDC), considerada feminista e que desenvolve trabalhos na periferia da Capital, e Cleuzita de Assis (PFL), mulher do ex-deputado federal José de Assis, da antiga Arena.

Eleições pioneiras

Em Mato Grosso do Sul, a vitória de duas candidatas — Marilu Guimarães (PFL) e Marilene Coimbra (PDS) — é pioneira, já que aqui as mulheres ainda não tinham saído do patamar da vereança. Marilu é apresentadora de TV e disputou um cargo público pela primeira vez; Marilene é vereadora desde 82, quando participou de projetos sociais como o assentamento de famílias que deu origem à Secretaria Municipal de Assuntos Fundários.

As Prefeitas é o título de um antigo texto de Eva Blay (PMDB-SP) eleita suplente de senador, que não perdeu sua atualidade. O artigo classifica os tipos de candidatas que chegam à política no Brasil. O primeiro deles é a "Esposa", caracterizada por aquela candidata guiada pelos familiares homens. "São eleitas, ocupam cargos, mas não exercem efetivamente os mandatos", explica Eva. Analisando as últimas eleições é possível apontar muitas mulheres que, a princípio, se enquadram nesta categoria pela sua linhagem familiar. Rita Camata (PMDB-ES) é mulher do ex-governador Gérson Camata, eleito senador; Lucia Vânia Abrão Costa (PMDB-GO) do ex-governador Irapuan Costa Júnior, também confirmado como senador; Wilma Maia (PFL-RN), do ex-governador Lavoisier Maia, outro senador eleito; Lucia Braga (PFL-PB), do ex-governador da Paraíba, Wilson Braga; Miriam Portela (PDS-PI) do ex-governador Lucídio Portela do Piauí; Rita Furtado (PFL-RO), de Rômulo Furtado, secretário-geral do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; e MariLuze Pinto (PTB-RO) é casada com o ex-governador Otomar S. Pinto.

Wilma Maia se defende do possível compromisso imposto pelo parentesco: "Tenho uma carreira independente do meu marido e se no começo busquei apoio nele, hoje tenho eleitorado distinto e sou respeitada no mundo da política". Rita Camata também rebate a dependên-

A esposa que virou candidata

Santamaria Silveira



Wilma Maia, Federal PFL/RN



Rita Camata, Federal PMDB/ES

cia: "O fato de ser casada com um político experiente ajudou minha campanha, mas o principal fator de minha eleição foi o trabalho realizado à frente da Unidade de Integração Social, um importante organismo assistencial do governo capixaba". Na mesma linha de argumentação, Lucia Vânia (PMDB-GO) afirma: "Para mim teria sido mais fácil ficar à sombra de Irapuan, porém, lutei para conseguir meu próprio espaço político".

Mas o peso do sobrenome não se limita às esferas federais. E o caso de Eni Galan-

te (PMDB-SP) mulher do prefeito de São Bernardo do Campo, Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), mulher do titular da prefeitura de Petrópolis e Marilene Coimbra (PDS-MS), ex-primeira dama de Campo Grande. Pitorescamente, elas são chamadas de "dona Pombinha", numa referência à famosa personagem da novela Roque Santeiro, esposa e candidata. "Independente dessas candidatas terem ou não compromissos com os homens da família", ressalta Blay, "elas acabam estigmatizadas como se não tivessem cérebro e independência".

Coronéis e Inovadoras

Outro tipo definido por Blay é a "Coronel", termo usado no masculino para associar a candidata à política conservadora e oligárquica que defende. Nesta categoria estão incluídas as candidatas com formação política de berço.

Tutu Quadros (PSC-SP) se adapta ao modelo. Quando começou sua campanha, Tutu não tinha apoio paterno, mas na reta final das urnas foi praticamente rebocada pela máquina da Prefeitura, encabeçada por seu pai. O "santinho" de Tutu, tendo em segundo plano Jânio Quadros, ilustra com perfeição os fatos. Apesar de eleita, Tutu hoje guarda uma mágoa: "Sou a herdeira do janiismo, mas se fosse homem teria tido maior respaldo e credibilidade".

Além destas duas vias para entrar na política, as mulheres dispõem de mais uma porta: consciência pessoal. E é através dela que passa o último tipo de candidata, a "inovadora", que vem dos movimentos estudantis, sindicatos e partidos. Essas mulheres apresentam um estilo novo de fazer política, bem diferente do cultivado por seus colegas, pois elas não têm a pretensão de ser "o melhor homem da bancada". E como todo modelo que pretende apenas ser uma referência da realidade, este também apresenta exceções, como Márcia Kubitschek (PMDB-DF), filha de JK, e Eclêa Fernandes (PMDB-RS), que foi casada com Sinval Guazelli, ex-governador do Rio Grande do Sul.

NORDESTE						
Piauí Eleitores 962.360	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	0	4	0	2	0	
Câmara	4	55	1	9	11,11	
Assembléia			0	30	0	
Ceará Eleitores 2.339.121	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	2	10	0	2	0	
Câmara	5	125	1	21	4,76	
Assembléia			2	47	4,25	
Rio Gde. Norte Eleitores 975.313	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	1	8	0	2	0	
Câmara	1	35	1	7	14,28	
Assembléia			0	24	0	
Paraíba Eleitores: 1.244.885	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	0	11	0	2	0	
Câmara	6	67	1	11	9,09	
Assembléia			1	35	2,85	
Pernambuco Eleitores 2.508.484	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	1	5	0	2	0	
Câmara	16	120	1	24	4,16	
Assembléia			1	48	2,08	
Bahia Eleitores 4.121.593	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	1	7	0	2	0	
Câmara	16	144	1	38	2,63	
Assembléia			0	63	0	
Maranhão Eleitores 1.487.391	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	0	10	0	2	0	
Câmara	8	77	0	18	0	
Assembléia			1	41	2,43	
Alagoas Eleitores: 725.851	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	2	8	0	2	0	
Câmara	2	37	0	9	0	
Assembléia			0	27	0	
Sergipe Eleitores: 475.278	candidata(o)s		eleita(o)s		%	
	mulheres	homens	mulheres	homens		
Senado	0	9	0	2	0	
Câmara	0	83	0	8	0	
Assembléia			0	24	0	

Fontes: Ibase e TSE

REPORTAGEM

muito desgastada, pois já tinha estourado o acordo do PT com os coronéis", explica Moema, "e crescia o coro contra as mulheres em cargos públicos". Segundo Moema, foi possível reverter esse quadro sem deixar de empenhar sua solidariedade a Maria Luiza, que vinha sendo mais criticada por ser mulher do que por seu desempenho. Moema São Thiago teve uma votação histórica em Fortaleza e foi a segunda mais votada em todo o Estado.

Nova reeleição
Pernambuco, que teve 38 mulheres disputando uma cadeira no Congresso, reelegeu apenas a deputada federal Cristina Tavares (PMDB-PE), identificada com



Conceição Andrade, Deputada Estadual PMDB/MA

O voto esquizofrênico do país esquizofrênico

Emir Sader

Se o valor, na economia capitalista, **s**provém do mercado, na política é o voto que define quem é quem, quanto vale cada um. Um fetichismo, cujo caráter contingente é confirmado por essa nova versão do cretinismo parlamentar que é o marketing eleitoral. Seu grande mérito é lembrar que, numa sociedade capitalista, os candidatos e os partidos também são mercadorias, com predominância do seu valor de troca sobre seu valor de uso.

Para aquelas correntes que aderem de bom grado a esse fetichismo eleitoral, o voto é tudo, o resto é poeira da estrada. E, na época da substituição das praças públicas e dos palanques pelas salas de visita, bom candidato é quem "é bom de televisão". Apesar disso, aquelas correntes analisam os resultados eleitorais com a religiosidade de quem toca a realidade em estado puro.

Tem os que vivem disso — professores de política, cronistas de jornal, assessores parlamentares — e precisam valorizar o metier, sobrepolitizando tudo. Está claro, no entanto — como os próprios votos em branco ou o fato de que dispusemos de cédulas para ser lidas e escritas por analfabetos (!!) — que os fatores que explicam as opções de voto da maioria da população — mais ainda nas eleições proporcionais — estão longe de ser determinados por razões estritamente políticas e ideológicas.

Causou grande perplexidade nesses setores os votos Afanásio/Lula em São Paulo ou Amaral Neto/Jandira Feghali no Rio, para citar apenas dois casos mais conhecidos. Menos perplexidade o fato de que, votando em Flávio Bierrembach ou em Aírton Soares, ou ainda em Fernando Moraes, se estava elegendo Roberto Cardoso Alves, Samir Achoa e Paulo Zarzur, na legenda do mesmo PMDB/SP. Uma esquizofrenia inscrita na própria legislação partidária.

Na verdade, o grosso da população — embora tenha, pela primeira vez, realizado o ato físico do voto, com metade dos habitantes do País transformados em eleitores — fica afastado da vida política. Que se dá nas assembleias, ministérios, imprensa, sindicatos, partidos e algumas associações populares. Daí essa dicotomia muito clara no País entre os consensos inter-eleitorais — de que participam setores mais restritos e mais politizados da população — e os consensos eleitorais, em que a incorporação de contingentes muito mais amplos "surpreendem" os políticos que, apesar de sua mensagem popular, não chegam até eles.

Daí a vingança do interior sobre as capitais, das periferias sobre os centros ne-

vrágicos das cidades, dos Estados periféricos sobre o centro-sul, dos que não compram jornal sobre os assíduos frequentadores de suas colunas, dos semi-alfabetizados sobre os universitários. Uma vingança sem sinal definido, capitalizável por quem logre, conforme as regras do marketing eleitoral, conquistar a confiança (no sentido psicoideológico do termo) das camadas mais amplas da população.

Estranho que votem Lula e Afanásio? Só mesmo para quem supõe que a ideologia cotidiana das pessoas responde às lógicas cartesianas e não às contradições que movem cotidianamente aumento de salários, mais empregos e pena de morte. Que queiram participação igualitária de todos e governo forte, justiça e garrote vil.

Apressaram-se os conservadores vestidos de liberais a buscar confirmação de que "os extremos se tocam" e o radicalismo de esquerda e de direita se dão as mãos, num coro comandado por Paulo Brossard, para tentar imputar as desordens de Brasília aos sindicatos. Um exercício geométrico que se esborrou diante das primeiras provas fotográficas de que eram agentes da polícia os feitores das balbúrdias.

O argumento da identidade de estilo entre Lula e Afanásio pelo lado do machão, que não se curva diante do poder, é muito mais plausível, para explicar uma parte do fenômeno. Diante dum regime parlamentar tão codificado, em que a vontade popular se perde nos meandros de uma legislação que os Tribunais se empenham em tornar ainda mais sinuosa, é a democracia quem perde. Existe um potencial de desejo político messiânico no povo, que se alimenta do liberalismo inócuo, das promessas eleitorais conspurcadas quando os votos ainda estão quentes, de mandatos que se transformam em verdadeiros cheques em branco, não obrigando a nada o seu detentor.

Pois preparem-se para novas surpresas, aqueles que levaram a que a primeira geração de governadores mais importantes do País, depois de terminada a ditadura, tenha como expoentes Moreira Franco, Newton Cardoso e Orestes Quércia. Que racionalidade querem do comportamento popular? Por que ele seria menos esquizofrênico do que quem combina placidamente Celso Furtado e Antônio Carlos Magalhães, Dante de Oliveira e José Sarney, Jarbas Passarinho e Miguel Arraes?

Emir Sader é professor de Política na Universidade de São Paulo.

a ala progressista de seu partido e que vai cumprir seu terceiro mandato. Mas nem por isso ela deixa de criticar a Câmara: Uma casa velha com superburocratas e ineficiência institucionalizada".

Em sua permanência na Câmara, Cristina Tavares se especializou em matérias como a reserva de mercado no campo tecnológico. No entanto, essa preocupação não impede que ela deseje uma Constituinte comprometida com a questão social e a luta das mulheres, para as quais deseja uma revisão do Código Civil, garantindo-lhes amplos direitos.

Vitória rural

Nestas eleições, o Maranhão não repetiu a vitória feminina retumbante que teve com Gardênia Gonçalves (PDS) em 82, elegendo apenas uma deputada estadual: Conceição Andrade (PMDB). "Minha eleição foi um golpe nas oligarquias do Estado", enfatiza a deputada eleita e candidata dos camponeses maranhenses. "Logo que chegaram os resultados pelo rádio de pilha", lembra Conceição, "minha eleição foi muito comemorada na mata, mostrando que os trabalhadores rurais estão dispostos a reivindicar e acabar de vez com o cabresto".

Conceição Andrade foi advogada da Diocese de Bacabal, interior do Estado, e defendeu os camponeses em diferentes conflitos pela posse da terra. Apesar de dar prioridade à reforma agrária, ela afirma que não vai se furtar a discutir os problemas específicos da mulher: "É uma questão nova e participarei em busca de soluções, na medida que for solicitada".

A herdeira dos Maia

Quase 15% do eleitorado potiguar elegeu Wilma Maia (PFL) para um mandato constituinte: "Consegui uma vitória significativa e muita responsabilidade". Neste balanço de Wilma já está deduzida a derrota em 82 para a prefeitura de Natal e computada a ambição da professora que queria vencer na vida.

Wilma Maia entrou na política pela porta da frente, mas em segundo plano: foi primeira-dama durante o governo de Lavoisier Maia. Agora, com lugar garantido na política nordestina, diz a que veio: "Cheguei ao governo para fazer coisas". Entre seus projetos como constituinte estão a defesa da reforma agrária e a educação pública e gratuita. Para ela, o Brasil precisa fazer uma opção pelo social.

A questão da mulher também ocupa espaço importante em sua pauta. "Estou em contato com o Conselho Estadual e Municipal da Condição Feminina e outras entidades de meu Estado, para ouvir suas sugestões", diz Wilma. Mas um assunto polêmico, caro às mulheres, ela não endossa: a legalização do aborto.

Esquerda baiana

O fracasso dos partidos comunistas no Sul não se repetiu no nordeste. A vereadora Lidice da Mata (PC do B) conseguiu se eleger com representativa votação. Ex-líder estudantil, ela acredita que foi escolhida por um eleitorado em busca de mudanças sociais. Seu slogan "Mulheres, à luta" não é apenas retórico; Lidice vai defender na Constituinte bandeiras como salários iguais, creches nos locais de trabalho, divisão da chefia conjugal e mudanças das leis ordinárias que fazem qualquer discriminação. Paralelamente, vai apoiar questões partidárias como a suspensão do pagamento da dívida externa e a unificação dos ministérios militares.

Outra novidade baiana nestas eleições foi a candidatura de duas mulheres ao governo do Estado: Delma Gama (PMB) é **perita criminal** e militou na política estudantil; e **Agostinha Rocha (PH)**, advogada e professora de direito.

Norte

Mulheres de ponta a ponta

A região Norte é a única que possui uma mulher no governo do Estado: Iolanda Fleming, do Acre. Essa situação privilegiada não se repete no Senado - uma vez que Eunice Michilles não se candidatou ao mesmo cargo - mas fica evidenciada na Câmara e Assembléia, com onze parlamentares eleitas.



Arquivo
Eunice Michilles, Deputada Federal PFL/AM

Todos os Estados e territórios da Amazônia elegeram, no mínimo, uma mulher para o Congresso. No Acre, Maria Lúcia Araújo (PMDB); no Amazonas Eunice Michilles (PFL), Beth Azuze (PSB) e Sadie Hauache (PFL); em Rondônia, Raquel Cândido (PFL) e Rita Furtado (PFL); no Amapá, Raquel Capiberibe (PMDB), e, em Roraima, Marluce Pinto (PTB).

Eunice Michilles, que foi suplente do senador João Bosco Ramos de Lima desde 83, candidatou-se nestas eleições à Câmara dos Deputados e continua no Congresso. Ela tem sua política fixada no assistencialismo ao interior do Estado e periferia de Manaus. É favorável ao planejamento familiar custeado pelo governo, mas evita se posicionar sobre outros temas mais polêmicos como o Projeto Calha Norte e a questão indígena.

Ainda para o Congresso, o Amazonas elegeu Elizabeth Azuze (PSB), uma opositora, crítica do regime militar e do populismo do governador amazonense Gilberto Mestrinho, que pretende denunciar em Brasília. "Entre na política através do instinto", diz Beth, "pois sentia vontade de fazer alguma coisa diante da insatisfação popular". Isto aconteceu em 1976, quando ela se elegeu vereadora pelo MDB. Hoje, mantém a mesma garra e é contra o projeto Calha Norte e favorável à legalização do aborto.

A única candidata que tomará posse na Assembléia Legislativa do Amazonas é Beth Sirely (PMDB), acusada de usar dinheiro público da Companhia de Saneamento do Amazonas, na Campanha. Ela responde também a um processo de tentativa de suborno no TRE-AM. Em sua

NORTE					
Acre Eleitores 123.422	candidata(o)s		eleita(o)s		%
	mulheres	homens	mulheres	homens	
Senado	1	12	0	2	0
Câmara	3	40	1	7	14,28
Assembléia			1	23	4,34
Amazonas Eleitores 582.11C	candidata(o)s		eleita(o)s		%
Senado	1	5	0	2	0
Câmara	5	66	3	5	60
Assembléia			1	22	4,54
Pará Eleitores 1.534.910	candidata(o)s		eleita(o)s		%
Senado	1	8	0	2	0
Câmara	6	80	0	17	0
Assembléia			1	40	0,25
Rondônia Eleitores: 248.304	candidata(o)s		eleita(o)s		%
Senado	1	12	0	2	0
Câmara	5	59	2	6	33,33
Assembléia			2	22	9,09
TERRITÓRIOS					
Roraima Eleitores 37.272	candidata(o)s		eleita(o)s		%
Senado					
Câmara	2	13	1	3	33,33
Assembléia					
Amapá Eleitores 69.699	candidata(o)s		eleita(o)s		%
Senado					
Câmara	2	24	1	3	33,33
Assembléia					

Fontes: Ibase e TSE

defesa, afirma que essas acusações fazem parte de uma campanha de desmoralização de seus 23 anos de trabalho junto aos moradores da periferia. Contrária ao aborto, durante seu mandato promete no entanto defender a mulher.

Mandato para veterana

No Pará, apenas dois partidos não apresentaram candidatas: o PDS e o PCB. O primeiro justifica esse cerceamento, através do desinteresse das mulheres, e o segundo pela restrição de afiliados, que não permitiu maior empenho na busca de uma candidatura feminina. Nos outros sete partidos do Estado, 17 mulheres disputaram com 386 homens as 17 cadeiras na Câmara dos Deputados, e nenhuma foi eleita.

Para a Assembléia Legislativa, o Estado teve oito candidatas contra 294 candidatos, e apenas uma foi eleita: a veterana Maria de Nazaré Barbosa, ex-PDS e atual PMDB, candidata da coligação Movimento Democrático Paraense (PMDB, PDS, PTB, PCB e PC do B).

Reportagem de

Norte

Ana Celia Ossame (AM)
Luzia Miranda Álvares (PA)

Sul

Mariluzia Costa (RS)
Solange Straube Stecz (PR)
Clítia Helena Martins (SC)

Sudeste

Cristina Serra (RJ)
Mira Correia (RJ)
Denise Zandonade (ES)
Eaine Victor de Moraes (MG)
Neide Dantas (MG)
Santamaria Silveira (SP)

Centro-Oeste

Maria Vitória (GO)
Marisa Rezende (MS)
Verônica Silveira (DF)

Nordeste

Elizabeth Bittencourt (MA)

Produção

Maria Lúcia de Barros Mott

Texto final:

Santamaria Silveira

A luta pelo voto

Peça de teatro defendendo o sufrágio feminino, passeata no centro do Rio de Janeiro e até panfletagem de avião, foram algumas das maneiras que nossas antepassadas utilizaram para que pudéssemos votar. Mais de 40 anos de uma perseverante militância são aqui lembrados.

Branca Moreira Alves

O movimento feminista tem como uma de suas propostas recuperar a história das mulheres. Tarefa fascinante de busca, de descoberta e de aprendizado, em que nos sentimos ligadas às nossas predecessoras, e nos entendemos a nós mesmas como parte de um processo, com passado, presente e futuro.

A história da resistência das mulheres à sua situação de inferioridade é provavelmente tão antiga quanto a própria relação de poder estabelecida pela cultura patriarcal. Aqui e ali ressaltam, como lanpejos que logo desaparecem, registros dessa resistência. São lendas, mitos, figuras de mulheres que se destacam, rompendo o silêncio.

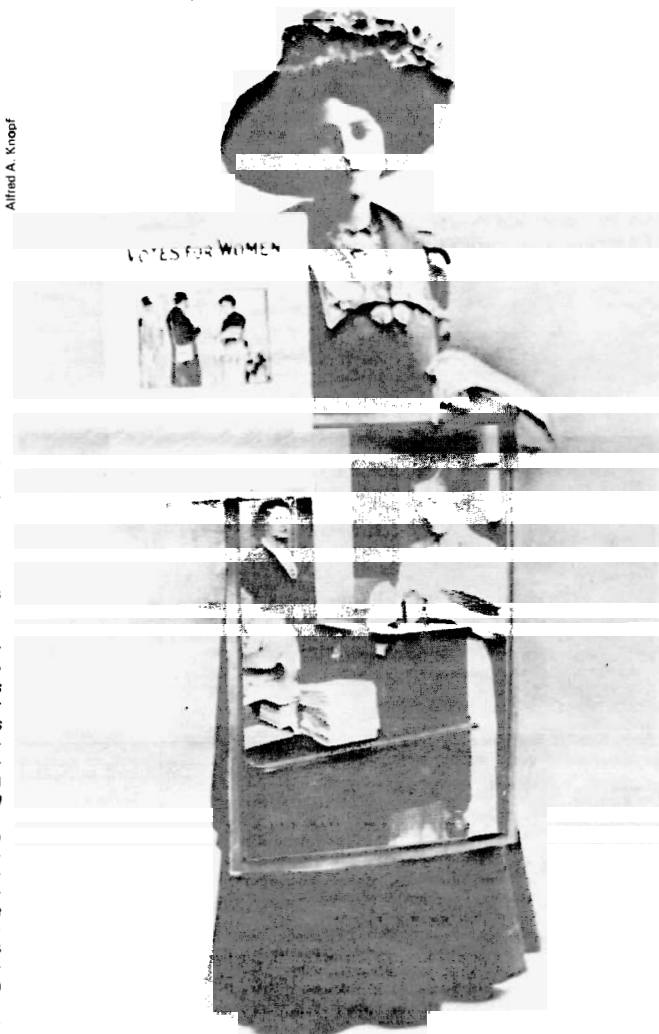
No entanto, somente no século XIX, com o surgimento do movimento sufragista, é que se pode dizer ter essa resistência histórica das mulheres tomado o caráter de uma luta politicamente organizada, com propostas concretas de ação, e uma estratégia definida. Já não são mais vozes isoladas, ou parcamente organizadas, ou, ainda, inseridas no movimento sindical, como são as de Mary Wollstonecraft (escritora inglesa que publicou em 1792 *Defesa dos Direitos da Mulher*), Olympe de Gouges (líder da Revolução Francesa, publicou *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, guilhotinada em 1793), ou Jeanne Deroin (líder operária francesa, publicou em 1848, *Curso de Direito Social para as Mulheres*).

O movimento sufragista americano iniciou-se em 1848 e manteve-se ativo, em uma longa história de paciência e perseverança, até 1920. Chegou, em determinados momentos de pique da campanha, a mobilizar 2 milhões de mulheres, reunidas nos mais diversos tipos de associações, centralizadas pela National American Women's Suffrage Association.

Também o movimento inglês demonstrou a mesma perseverança, tendo sido no entanto bem mais violento, pois uma parte optou pela tática da guerrilha - utilizando-se de violência apenas contra bens materiais - tendo suas militantes sofrido prisões e os mais diversos maus tratos. Iniciou-se em 1868 e terminou, com o sufrágio não-qualificado, em 1928 (em 1920 as inglesas obtiveram apenas o sufrágio para as mulheres casadas, chefes de família, de nível universitário e maiores de 30 anos).

Nessa primeira fase do movimento de mulheres, os principais objetivos da luta se colocavam no acesso à educação e na revogação das leis que restringiam a capacidade civil e política da mulher.

Teve o sufrágismo, primordialmente, um caráter de movimento da classe média e da burguesia. Isto não quer dizer que o movimento sindical se tivesse omitido nessa luta. Todas as líderes operárias e socialistas defenderam o direito de voto da mulher, porém como uma dentre as diversas reivindicações no quadro da luta geral do operariado.



Colagem: sufragista americana exhibe dois cartazes. O da esquerda é a capa do jornal *Votes for women* (1907), o da direita a foto de uma brasileira votando nas eleições de 1933.

A igualdade civil da mulher casada

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, os movimentos sociais, e entre eles, o das mulheres, sofreram um duro golpe, sendo forçados a recuar em sua organização. Apenas no final do período ditatorial voltaram as mulheres a participar, ao lado de outras categorias sociais, na luta pela redemocratização, tendo tido um papel importante no movimento pela anistia (tal como ocorreria novamente em meados da década de 1970).

Terminada a guerra e a ditadura getulista, a sociedade civil volta a se organizar em seus diversos setores. Assim também as mulheres, muitas das quais haviam participado da luta sufragista, mobilizam-se no sentido de avançar com a conquista das reformas legais indispensáveis à atuação livre da mulher na esfera civil. A

nova meta é a eliminação do inciso II do artigo 6.º do Código Civil, que manteve a incapacidade relativa da mulher casada. Com essa restrição, a mulher dependia da autorização do marido para os mais simples atos de sua vida cotidiana.

Novamente vemos em mais esta fase da luta pela igualdade de direitos as características que tipificaram o movimento sufragista: um grupo pequeno de mulheres de classe média e da burguesia levou avante essa luta, utilizando-se com sucesso de sua situação de classe. Assim se manifesta a advogada Romy Medeiros da Fonseca, em entrevista muito gentilmente concedida: "Nós nos encontrávamos com os políticos em jantares, em almoços. Nem era preciso irmos ao Congresso".

Eleita em 1949 membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, fato raro para uma mulher, a posse de

Romy Medeiros tomou o caráter de uma vitória feminista. A ela compareceram as participantes do recém-fundado Conselho Nacional de Mulheres (1947). Em seu discurso de posse Romy apela para que o IAB envie representação ao Congresso no sentido de excluir do Código Civil a incapacidade relativa da mulher casada.

Foi então nomeada uma comissão, da qual faziam parte as Dras. Romy Medeiros e Orminda Bastos (também membro do IAB), que, em parecer unânime, aprovou a representação. Após acirrados debates em plenário, o IAB enviou, em julho de 1950, ao Congresso Nacional uma indicação defendendo o direito de igualdade civil da mulher. A exposição de motivos cita, inclusive, a Declaração de Direitos do Homem da ONU, que em seu art. 2 recomenda abolição de qualquer diferença de tratamento jurídico por motivo de sexo.

Como presidente do Conselho Nacional de Mulheres, Romy Medeiros concentra as atividades da entidade na luta pela modificação da situação jurídica da mulher casada. Com Orminda Bastos, elabora um projeto de lei, apresentado ao Senado através do senador Mozart Lago (Projeto n.º 29, de 1952). Paralelamente, já tramitava na Câmara projeto de autoria do Deputado Nelson Carneiro. Conforme explicação de Romy Medeiros, o Conselho Nacional de Mulheres não atuou junto com Nelson Carneiro porque temia que a notória posição daquele deputado a favor do divórcio viesse a causar obstáculos ao andamento do projeto sobre o estatuto civil da mulher casada, dado o atraso da sociedade brasileira no que diz respeito à dissolução do casamento.

Em 1957 Romy Medeiros comparece à Comissão de Justiça do Senado, para defender o projeto. Em 1962 o ministro da Justiça de João Goulart, Cândido de Oliveira Neto, era amigo de Romy e apoiara o projeto desde as primeiras discussões no IAB. Esta procurou, obtendo a promessa de que a tramitação do projeto seria acelerada. Assim, em 27/8/1962, foi promulgada a Lei 4.121, que resultou dos projetos do Senado e da Câmara.

Foi o segundo passo para a igualdade jurídica da mulher. Restaram, no entanto, na legislação, dispositivos que ainda mantêm a mulher em situação subalterna, e que o movimento de mulheres vem denunciando, inclusive através de proposta de reforma do Código Civil, redigida pelas advogadas Florisa Verucci e Silvia Pimentel, e apresentado ao Congresso.

O ano de 1987 será primordial - dependendo das mulheres, mobilizadas - para a concretização da igualdade entre os sexos pela Assembleia Constituinte, ainda que apenas a nível jurídico (o caminho é mais longo e mais complexo...).

A liderança, bem como a imensa maioria das militantes do sufrágismo, era composta por esposas de profissionais liberais e de políticos, ou por mulheres elas próprias profissionais liberais (pioneiras, portanto, nessas carreiras essencialmente masculinas).

A tática utilizada, de forma geral, foi a de intenso lobby junto ao Congresso, e divulgação pela imprensa das idéias, teses e argumentos do movimento.

O "15 de novembro" das brasileiras

O Brasil não fugiu a essa regra,

tanto no que diz respeito à origem de classe das militantes quanto à tática de luta empregada. Havia especial cuidado em não abrir guerra aos homens, em acalmar suas inquietações, com promessas de que a mulher não desejava fugir à sua "sublime missão" de esposa, dona-de-casa e mãe. Era preciso conquistar a confiança da

Ainda no período da monarquia surgiram no Brasil vozes isoladas de mulheres defendendo o direito de voto, entre as quais destacam-se Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que editou um jornal feminista, e Josefina Álvares de Azevedo, que escreveu uma peça de teatro denominada *O Voto Feminino*.

June E. Hahner



Josefina Álvares de Azevedo, redatora do jornal *A Família*, dizia no final do século XIX: "Uma vez que as mulheres tenham de obedecer a lei, deveriam ter uma voz na sua criação."

projeto de lei instituindo o sufrágio feminino. Pouco depois, Justo Chermont levava ao Senado projeto no mesmo sentido.

Em 1919 Bertha Lutz funda a Liga Pela Emancipação Intelectual da Mulher, que em 1922 passou a chamar-se Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, entidade que levou a luta sufragista até o final.

A tática da organização sufragista

brasileira consistia, conforme o modelo da ala moderada dos movimentos americano e inglês, em exercer permanente lobby sobre os congressistas e manter o tema em discussão pela imprensa, através da promoção de debates e congressos. Divulgavam amplamente os pareceres favoráveis de juristas respeitados, tais como Rui Barbosa e Clóvis Bevilacqua, e souberam manobrar com vantagem

sua origem de classe para pressionar deputados e senadores, convidando para os eventos que organizavam aqueles que sabiam favoráveis, e tornando público seu apoio, com grande repercussão na imprensa.

Dessa forma, um deputado que desde o início da campanha lhes havia sido favorável, prometera de pública conceder o voto feminino em seu estado, caso fosse eleito governador. Em 1927 Juvenal Lamartine cumpriu sua promessa, fazendo inserir na Constituição do Rio Grande do Norte um artigo que dizia: "... poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei".

A luta se aproximava de seu objetivo. Já então inúmeras mulheres pelo Brasil afora haviam obtido, individualmente, permissão judicial para exercerem o voto.

Em 1931 Nathercia Silveira fundou a Aliança Nacional de Mulheres, também com o objetivo de lutar pelo sufrágio. Finalmente, em 24-2-1932, o Governo Provisório publica o Decreto n.º 21.076, dando às mulheres o acesso ao voto em condições iguais aos homens. Consolidou-se esse direito na Assembléia Constituinte de 1934.

Entretanto, a conquista do voto representava apenas a primeira etapa na luta pela modificação de um sistema legal que restringia à mulher, e principalmente à mulher casada, nos seus mais mínimos direitos.

Branca Moreira Alves, historiadora e advogada, milita no movimento feminista desde 1972 e é autora do livro *Ideologia e Feminismo - a luta da mulher pelo voto no Brasil*, Petrópolis, 1980.

INSTITUCIONALIZADO O CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA

Informe Publicitário

O exmo. Sr. Governador do Estado, André Franco Montoro, sancionou no dia 19/12/86 a Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado que institucionalizou o CECF. Este fato constitui uma grande vitória da mulher paulista em sua luta por abrir espaços nos órgãos públicos do Estado e em suas políticas públicas. A lei que institucionaliza o CECF consagra plenamente a existência do órgão governamental criado pelo Decreto n.º 20.892, assinado no dia 4/4/83. E essa consagração confirma a tese de que o CECF foi um órgão de governo que deu certo.

Através dele, apenas em três anos, as mulheres puderam contar com serviços que refletem o trabalho dinâmico do CECF junto às outras Secretarias de Estado, como a instalação das Delegacias de Defesa da Mulher na Capital, nas zonas Centro, Sul, Leste, Oeste e Norte; no ABC (em São Bernardo do Campo), e no Interior (Limeira, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Campinas, Sorocaba, São José do Rio Preto, Presidente Prudente), num total de 13 unidades, do Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento à Mulher (COJE), da primeira Casa de Abrigo para mulheres espancadas por seus familiares - plano piloto - junto ao DAIS, e do Grupo Especial de Atendimento à Mulher e ao Menor; a organização e institucionalização do concurso *Mulheres Entre Linhas*; a elaboração do decreto de instituição de ações integradas de saúde para a mulher, além da construção da carreta de apoio aos bóias-frias (com fogão, água potável, banheiro, primeiros socorros etc.), a partir do projeto da

engenheira Alda Marco Antônio.

Através de projetos próprios o CECF contribuiu para uma melhor integração da mulher paulista à vida política, social, econômica e cultural do Estado. Elaborou um Projeto de Lei de Alteração da CLT no capítulo referente às creches (este projeto já está em mãos do Ministro do Trabalho para encaminhamento); sensibilizou o movimento sindical e operário para as reivindicações específicas da mulher trabalhadora que hoje estão, em proporção, mais presentes nos contratos coletivos de trabalho, nas plataformas gerais de luta dos trabalhadores e nas diretorias sindicais; iniciou um trabalho com trabalhadores rurais, utilizando o vídeo *Mulheres no Canavial* e o suplemento *Mulher Rural*, da *Revista Mulher* n.º 3; e com as mulheres negras, através do *Dossiê da Mulher Negra e Discriminação Racial*, e do *Calendário 1987 - Mulheres Negras no Brasil* - recuperando nossa história, e do vídeo *Mulher Negra*.

O CECF tem procurado fazer chegar a informação a um número cada vez maior de pessoas através da publicação do *Jornal Mulher*, cuja tiragem já atinge 50.000 exemplares; de programas de rádio e televisão; da publicação dos folhetos *O direito de ter ou não ter filhos, Clínicas de Esterilização, a quem servem?, Creches e Berçários em Empresas Privadas Paulistas, Violência Sexual e Violência Contra a Mulher* - publicações estas que são distribuídas gratuitamente. Organizou, ainda, um corpo de palestras que hoje é solicitado em todo o Estado e no País inteiro por organizações

governamentais e não-governamentais. Elaborou o texto *Mulher e Constituinte*, que servirá de referência para o trabalho da mulher paulista no ano de 87 em relação ao funcionamento do Congresso Nacional Constituinte.

Não se pode esquecer, ainda, o apoio que o CECF vem dando aos conselhos a nível estadual e municipal: o próprio Conselho Nacional encontrou no CECF de São Paulo um ponto de apoio para sua criação.

Enfim, o CECF elaborou políticas, projetou programas, viabilizou projetos, propôs medidas que, indiscutivelmente, contribuem para transformar a condição de vida da mulher em São Paulo. Como já foi dito, foi um órgão de governo que deu certo!

E por que deu certo?

Primeiro, porque pela primeira vez somou-se uma reivindicação das mulheres, através de seus movimentos e organizações, ao desejo de um governo democrático em atendê-las. Não se trata, portanto, de um órgão inventado, e sim de um órgão criado pela capacidade inventiva das mulheres de São Paulo.

O CECF jamais foi um órgão fisiológico, teve sempre a participação de mulheres de real gabarito político, técnico e profissional, que sempre estiveram identificadas com as grandes causas da mulher no Estado e no País. Não se amoldou docemente à máquina do Estado tradicionalmente burocrática e conservadora. Ousou inventar e desenvolver atividades para a mulher, considerando-se suas particularidades, que reclamam e impõem métodos e formas de trabalho específicos. A

garantia dos direitos de igualdade, salvaguardando-se as diferenças é o seu lema. Nunca se situou na condição de uma superorganização de mulheres, compreendendo, cada vez melhor, que o seu objetivo é traduzir em políticas públicas os anseios do movimento autônomo de mulheres e suas propostas e reflexões, respeitando o caráter suprapartidário das reivindicações das mulheres. Trabalho, sobretudo, para que as políticas sejam voltadas para todas as mulheres ao mesmo tempo, principalmente às mais carentes.

Essas são razões suficientes para que o CECF continue a merecer o apoio das mulheres paulistas e se esforce, ele próprio, cada vez mais, para atendê-las plenamente.

Zuleika Alambert
Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina



PESQUISA

A cada nova eleição enchem-se os jornais — mais especialmente os seus cadernos femininos dominicais — de reportagens sobre quem são e o que fazem as futuras "primeiras damas". A importância da presença feminina ou da possibilidade de exibir o que seria considerado "uma família bem constituída" como forma de angariar votos não é minimizada por nenhum partido. É verdade que hoje algumas primeiras damas em potencial fazem questão de mostrar seu inconformismo com o papel que lhes querem reservar, já que isso conflitaria com seus próprios projetos pessoais e profissionais. Mas esse discurso poderá ser convenientemente manipulado como sinal de modernidade, um argumento capaz de sensibilizar outras fatias do eleitorado.

Uma família bem constituída, nesses termos, nada mais é do que uma família que não destoa dos papéis sociais tradicionais. E nem poderia ser diferente já que, numa eleição, como em outros rituais, a sociedade dramatiza para si própria os seus valores para reforçá-los e atualizá-los. Por esse prisma, nada mais pode ser desejado das "primeiras damas" que um adequado papel de retaguarda, capaz de proporcionar a "conveniente" tranquilidade e o necessário suporte doméstico que garantirão o "repouso do guerreiro".

Só assim, liberado dessas "questiúnculas" menores do cotidiano, poderá o marido se dedicar com todas as suas forças aos misteres da política e do mando, assuntos que a sociedade considera melhor resolvidos pelos homens. Caberá sem dúvida a essa primeira dama os trabalhos assistencialistas, que reproduzirão na esfera pública o papel que já lhe cabe no âmbito doméstico: o de mãe dedicada que prodigaliza bens, a madrinha dos meninos assistidos — reverso e reforço dos laços clientelísticos que ligam o marido-patrão aos empregados-afilhados.

Segundo plano

A figura da "primeira dama" me parece perfeita como ponto de partida para reflexão de mais uma das facetas que assume o velho tópico da subordinação feminina — o aprendizado desse ficar em segundo plano e de sua valorização; a assunção como laureada gloriosa desse papel de estar por trás dos grandes homens.

Há uma outra frase-feita, meio fora de moda pela linguagem, embora atual ainda enquanto idéia — que vale a pena ser lembrada aqui como contraponto da anterior: "finc ornamento de nossa melhor sociedade", qualificativo dado nas crônicas sociais do interior às "senhoritas casadoras" das famílias importantes.

Chamo a atenção para o paradoxo: um "finc ornamento" é para ser exibido e admirado, enquanto as "grandes mulheres" vivem à sombra, portanto escondidas. Há uma outra contradição a ser apontada: estar em segundo plano significa subordinação — uma relação hierárquica — mas também implica em cumplicidade, uma relação entre iguais. O casal se vê como participante, embora de forma diferente, de um mesmo projeto de ascensão ao poder.

Assim, a construção do papel feminino nas camadas mais elevadas da sociedade não se resume às virtudes que marcam a diferença irredutível do papel masculino. Pensando-se no processo de socialização das meninas no contexto dos projetos familiares de ascensão social



Anjos e virgens se associam de imediato, enquanto personagens, à pureza.

Como se aprende a ser uma grande dama

Alice Inês de Oliveira e Silva

O avesso do trabalho mostra a competência da bordadeira; o acabamento do vestido, a excelência da costureira. Recato e trabalhos manuais compõem a invisibilidade fundamental para a grande dama — que deve ser submissa no lar e cúmplice no projeto familiar de manutenção do poder.



Juscelino Kubitschek é paraninfo de uma turma de debutantes um ano antes de sua morte, em outubro de 1975.

cu de manutenção no poder, percebe-se que as famílias investem nele como forma de aumentar o seu capital social. Fica bastante claro que a educação das filhas é pensada como instrumento capaz de viabilizar esse projeto. Para isso é preciso que habilidades e competências sejam adquiridas pelas meninas de forma a torná-las a parceira ideal para os "bons partidos" locais. Essas habilidades serão vistas igualmente como naturais, parte de uma suposta "natureza feminina".

Penso que esse processo e suas contradições se exemplificam bem nos paradoxos que apontamos acima: exibição versus invisibilidade; subordinação versus cumplicidade. Cabe também desvendar os espaços e os momentos em que se dá a aprendizagem das habilidades e competências necessárias para ser um "finc ornamento" e "grande mulher".

Religioso e Profano

Os rituais femininos das camadas

médias urbanas — a Corcação de Nossa Senhora e o Baile de Debutantes — serão um espaço privilegiado para isso. Os dois rituais têm muitos pontos em comum, ainda que o primeiro seja religioso e o segundo profano. Do ponto de vista ideológico ambos dramatizam a pureza, aspecto espiritual da virgindade. Isso se expressa no traje de anjo que as meninas — de quatro a nove anos — vestem para coroar a Virgem e no vestido de baile, obrigatoriamente branco, das debutantes. E ainda, nesses

PESQUISA

Acervo da autora



Roberto Fragde Pires



Ficar em segundo plano é a máxima da primeira dama. Os momentos em que a menina é colocada em evidência, nos rituais, são eventos de exceção. Na foto, a primeira dama de São Paulo, e o marido Orestes Quêrcia.

ituais, as famílias estarão apresentando suas filhas ao seu grupo social, por isso eles serão um espaço de demonstração de status e de poder econômico.

Não só os trajes, mas todo o aparato que cerca esses rituais proporcionará motivos para isso, na forma de uma mais, ou menos, velada competição. Não basta gastar a maior soma de dinheiro, é preciso que o resultado final corresponda ao que o grupo considera de bom-gosto. É preciso saber o que conferirá um prestígio maior e, ainda mais, permitir que pequenos boatos e informações alimentem os comentários e fofocas que circulam em seu grupo, criando expectativas. Na verdade cada família dialoga nos rituais com aqueles que ela considera seus iguais, ou com quem pretende se igualar. É por isso que as meninas das famílias mais ricas que já têm o seu poder reconhecido podem se dar ao luxo de usar roupas dispendiosamente simples, poucos mas caríssimos enfeites, um tecido cujo preço e significado são bem compreendidos pelo seu grupo. Ao contrário, são das famílias que estão em processo de ascensão social, as meninas que usarão os vestidos mais suntuosos, rebuscadamente enfeitados para evidenciar uma real ou suposta capacidade econômica, chave para se ascender socialmente.

É o domínio desses códigos, das sutilezas do significado do vestido-feito-de-que, por-que-m, compradinho; a definição de quem são os seus iguais; os espaços convenientes para circular e as amizades apropriadas para serem cultivadas, que estarão sendo ensinadas ali. Esses saberes permitirão à mulher a gerência mais efetiva do capital social de sua futura família.

O controle da sexualidade

Não se esgote nisso a função pedagógica desses espaços. Do ponto de vista ideológico, a ritualização do controle da sexualidade feminina é o aspecto que mais se destaca na Coroação de Nossa Senhora, já que anjos e virgens se associam de imediato, enquanto personagens, à pureza. Entretanto, a Nossa Senhora ali cultuada evoca mais propriamente a figura da Mãe. A Mãe a quem se recorre para resolver problemas, conseguir graças e bens. Lembre-se que a Maternidade da Virgem é muito rica em significados já que ela é não só a Mãe de Cristo, seu filho, como também a

Mãe de toda a Humanidade. Nesse papel ela só pode ser tomada como paradigma feminino pela classe dominante. Serão as mulheres dessa camada social que poderão reproduzir a ideia da mãe dadiçosa, sensível aos apelos e sofrimentos dos homens, e que se traduzirá na preocupação com os "pobrezinhos", com os "desvalidos da sorte", isto é, na "participante-das-instituições-filantropicas", na "organizadora-das-festas-de-caridade".

Assim, o reforço das representações sobre o papel feminino nesses rituais se converterá igualmente num instrumento de reprodução e fortalecimento desse grupo social. Claro está que nem todas as mulheres que vivem esse papel participam deste ritual. A sociedade tem outros instrumentos ideológicos para isso. A Coroação, entretanto, dramatiza esse papel de forma singular.

Percebe-se finalmente que nesses rituais a menina/moça ocupa o lugar central, de extrema visibilidade, já que a elas caberá demonstrar o status familiar. Isso contrasta vivamente com a ideia de que a sua participação social posterior deverá ser preferentemente nos bastidores. Essa é, para mim, a grande questão. Se os rituais mostram as meninas como "fins ornamentais", quando e como se aprende a viver o papel de "grande mulher"?

Dores suportadas

Entrevistei mulheres de prendas domésticas de uma cidade do interior mineiro sobre esses rituais. Pareciam então muito estranho que todas justificassem a participação das filhas dizendo: "Minha filha participa porque essa é uma lembrança muito bonita, inesquecível, que a gente guar-

da para toda a vida." Curiosamente, nenhuma delas parecia ser capaz de se lembrar de qualquer detalhe de sua própria participação. Entretanto, elas se tornavam extremamente loquazes quando começavam a falar de sua vivência atual como donas de casa. Num mesmo diapasão falavam de gavetas arrumadas, de panos de prato desencardidos, de lingerie bordada, de estilo clássico — sóbrio e fino — de suas roupas e casas e de dores de parto suportadas esteticamente.

A recorrência desses temas me fez perceber que eles eram o contraponto perfeito dos rituais. Se se pode falar numa "cultura feminina" dessa camada social, ela se caracterizaria pela extrema valorização daquilo que não está à mostra, do que não é visto, como índice de valor. É o avesso do trabalho que mostra competência da bordadeira; o acabamento do vestido, a excelência da costureira; a dona de casa cuidadosa se revela por armários arrumados, panos de chão desencardidos; a mulher caprichosa, pela qualidade de sua roupa de baixo. Isso sem se falar no bordado ponto de sombra — prenda doméstica paradigmática — que se faz no avesso para ser visto pelo direito.

Da mesma forma, tanto é condenável o desperdício, o esbanjamento, a ostentação, quanto de mau-tom a livre expansão dos sentimentos, o extravasamento da alegria ou dor. A construção social do papel feminino comporta enfim essas duas instâncias. O aprendizado da invisibilidade, que permeia todo o cotidiano, relacionando virtudes como o recato e trabalhos manuais. Os momentos em que a menina é colocada em extrema evidência, nos rituais, são eventos de exceção onde a realidade é magicamente invertida.

Esse é o papel que tradicionalmente tem sido conferido às primeiras damas. Essas só se tornam modelos da figura feminina quando sabem transitar com competência do centro de atenções para os bastidores, passando a imagem de submissas no lar, sendo "cumplices" no projeto familiar de manutenção do poder.

Alice Inês de Oliveira e Silva é professora do curso de Letras da Universidade Federal de Viçosa, com tese de pós-graduação sobre a construção social da mulher de prendas domésticas.

Atualmente pesquisa, com financiamento do 4.º Concurso de Pesquisa sobre a Mulher da Fundação Carlos Chagas, "O universo doméstico e o imaginário social feminino das camadas médias na década de 50".



MAMA AMIGA

ESPECIALIZADA EM ARTIGOS PARA ATENDER À MULHER MASTECTOMIZADA

Próteses Mamárias (seio artificial) vários tipos
Soutiens apropriados e p/plásticas
Biquínis e Maios adequados
Camisolas, Triângulos,
Luvas p/linfo-edema
Cintas, Modeladores para Lipoaspiração, etc.

Rua Oscar Freire, 1.319, 1.º and. conj. 12 (Esq. c/ Av. Rebouças)
Telefones: 011 - 852-8006 - 853-2835.

São Paulo - SP

A Que Vimos, O Que Fizemos.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado a partir da lei n.º 7.353, de 29 de agosto de 1985, pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional. Neste sentido, o CNDM representa a articulação do movimento social das mulheres com o Poder Executivo e o Poder Legislativo.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher é uma conquista política das mulheres brasileiras, que lutam principalmente por respeito e dignidade. Sua criação formalizou o reconhecimento de que nossa causa é justa.

Na luta por seus objetivos, o CNDM se estruturou em comissões de trabalho, nas seguintes áreas: saúde, educação, violência, creche, legislação, constituinte, cultura e trabalho. Em 86, essas comissões alcançaram vitórias significativas, tanto a nível de atuação institucional interministerial, como em termos de programas e projetos desenvolvidos:

Violência: o Conselho promoveu o Encontro Nacional de Delegadas lotadas em Delegacias de Defesa da Mulher, para avaliar a incidência da violência no cotidiano das mulheres, além de apoiar a criação de novas delegacias e elaborar um manual de defesa para a mulher.

Saúde: a organização e coordenação da Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher e a publicação, junto com o Ministério da Previdência e Assistência Social, da cartilha Vida de Mulher.

Educação: o setor de educação, em conjunto com o INEP/MEC, elaborou o jornal "Em Dia com a Mulher", subsidiando os trabalhos desenvolvidos em mais de 200 mil escolas do país no Dia Internacional da Mulher, sobre o papel social da mulher. Convênio com o CAPES, para bolsas de estudo.

Creche: a comissão de creche realizou reuniões sobre políticas de atendimento à criança, ações junto ao Ministério da Educação, elaborando ainda manuais de creche.

Legislação: pareceres sobre questões ligadas à mulher e o levantamento e acompanhamento de projetos de lei relativos à mulher, em trâmite no Congresso Nacional.

Cultura: lançamento do prêmio Cora Coralina e filmes como a "Mulher e Constituinte" e "Meninas de Calçada", organizando a mostra Olhar Feminino, no FEST/RIO.

Trabalho: projeto fotográfico junto aos sindicatos "Estas Somos Nós".

A Comissão Constituinte: promoveu uma ampla campanha, a nível nacional, encerrada com um Encontro, com a presença de duas mil mulheres, em que foi elaborada a "Carta das Mulheres à Constituinte".

A nível institucional,

o CNDM obteve várias vitórias: o decreto-lei que obriga os órgãos públicos a criarem creche; a portaria do Ministério da Reforma Agrária que garante à trabalhadora rural a posse da terra, independente do estado civil; a colocação do tema aborto nas discussões dos Ministérios da Saúde e Previdência Social; e a adesão do BNDES à campanha pelas creches, submetendo a concessão de empréstimos ao compromisso da criação de creches nas empresas.

Em 87 a nossa luta principal será por uma constituição justa, não só para a mulher, mas para todos os cidadãos brasileiros. Por um estado verdadeiramente democrático. Para ampliar essa discussão, no dia 8 de março, o papel social da mulher será discutido nas escolas da rede oficial.

Você mulher, você educador, junte-se ao CNDM. Participe. Discuta. Democratize.



Quem tem medo de polícia?

Atividade policial como militância, feminismo como estigma: um clima de estranhamento pairou no ar, no Encontro que reuniu na mesma mesa delegadas e feministas. Ironicamente, elas têm muito em comum...

O insólito nos ronda com muito mais frequência do que podemos suspeitar. Esse estranho pensamento me ocorreu depois de ter assistido ao **Encontro Nacional de Delegadas de Polícia** realizado sob ideia e patrocínio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em setembro passado.

O cenário: Brasília, cidade oficial, redemoinho de intrigas palacianas, onde não apenas as paredes têm ouvidos... Sabe-se de tudo um pouco, não se pode revelar quem contou e nem sempre é saudável oferecer a mão ao fogo...

Durante os dois dias do Encontro, ouviram-se muitas estórias. Relatos de cenas curiosas, dramáticas, hilárias. Os casos, às vezes quase anedóticos, servem aqui como ilustração da grande heterogeneidade com que a rápida disseminação das delegacias de defesa da mulher tem sido assimilada pelo país. **Cena 1:** A delegada de Macapá, de plantão, atende duas prostitutas estupradas por um grupo de 30 soldados. Sai em diligência e no local do crime prende parte dos envolvidos. Telefona para o oficial responsável: "Senhor capitão, estou lhe telefonando para comunicar a prisão de 30 soldados. Como o seu batalhão faz uma coisa dessas?" "Mas doutora delegada, a senhora se enga-



na, não foi meu batalhão; um batalhão tem 300 homens e foram só 30".

"**Cena 2:** O secretário de Polícia do Distrito Federal, solicitado a dar apoio à ideia de criação da Delegacia, comenta: "As senhoras não precisam insistir. Delegacias de Mulher são mesmo necessárias, sobretudo em Brasília, cidade com corpo diplomático. Imaginem uma esposa de diplomata, querendo dar queixa do furto contra a sua empregada, dirigir-se a uma delegacia qualquer. E que tal a sugestão de viaturas cor-de-rosa?" Mas nem tudo se passa no reino do

absurdo. O sucesso é inegável, se bem que as razões de êxito podem ser menos computadas à pressão dos movimentos organizados de mulheres — a eles, os louros — do que a móveis de natureza política minúscula. (O custo é mínimo frente aos ganhos políticos que aporta). Esses últimos, aliados ao que chamaria de autonomização pela profissionalização, tornam tais agências um fato merecedor de pausa para a reflexão.

Antes de mais nada, para as policiais as delegacias se apresentam como uma possibilidade muito concreta

de ascensão profissional. Alargam-se os horizontes da "carreira" através de uma espécie de reserva de mercado "natural". Ser mulher, de possível entrave passou a requisito básico. As discussões mais acaloradas do Encontro travaram-se justamente em torno da inclusão ou não de uma equipe auxiliar de policiais homens nas delegacias e da reivindicação (essa unânime) do posto de titular para as mulheres. Ao lado disso, essas policiais estão na maior evidência; são solicitadas pela imprensa e televisão; em Brasília são cumprimentadas, em sucedâneo de beija-mão, pelo próprio ministro da Justiça. É de matar de inveja.

Curiosa é, entretanto, a relação entre policiais e feministas. Houve uma certa dissonância entre os dois grupos, no Encontro. De um lado estavam as policiais reivindicando a especificidade do trabalho repressivo que as define. São ardorosas na defesa do "poder de polícia". Nem poderia ser diferente... No outro as feministas a reivindicar, opinar sobre os caminhos dessa experiência. A agravar o estranhamento entre as duas categorias, ocorre que "feminista" é tomado por estigma pelas policiais. Entendem o termo na sua acepção mais banal e corriqueira de mulheres anti-homens. As feministas por seu turno tendem a conceber as delegacias como extensão da atividade militante. Mas há um lance irônico oculto nesse jogo.

A manifestação pública das policiais apresentou-se nitidamente marcada pela problemática inicial do feminismo. A velha e batida estória se homem entra ou não! E não para aí. Também o modo de encaminhamento dos trabalhos seguiu a tradicional fórmula dos depoimentos pessoais.

O que mais isso nos diz? Seguramente sinaliza 1) que o vínculo (dessas) policiais e feministas é indissolúvel e é recomendável o exercício da tolerância; 2) as expectativas são muito variadas e 3) as delegacias, qual filho no mundo, ganharam vida própria. Cabe agora a cada um lutar por seus interesses. **Malu Heilborn**

Malu Heilborn é antropóloga (RJ).

No faraônico prédio da Sudene, no Recife, discute-se cultura. Mesas redondas, debates, conferências, filmes e audiovisuais procuram identificar o que seria uma cultura feminina, ou do feminino, no seminário **Revelando Identidades** promovido pela Coordenadoria Mulher e Cultura do MinC, em dezembro passado.

Marilena Chauí e eu, representando São Paulo, apresentamos nosso depoimento. Maria Aures Santa Cruz faz um levantamento das imagens da mulher presentes em mais de 500 músicas populares. Um grupo de avós produtores de cultura conta suas experiências. Danielle Rocha Pitta coordena debate sobre produção artesanal feminina. Virginia Peixoto (FUN-DARJ) fala sobre bonequeiras. Assistimos filme de Ipojuca Pontes sobre reideiras do Nordeste. A Rede Mulher de São Paulo apresenta o audiovisual *E Agora Maria?*... e muito mais.

Todos os trabalhos apresentados parecem unânimes em concluir que as mulheres, como os homens, são produtores de cultura, mas que essa cultura é dominada, discriminada, ou que os homens dela se apropriam quando passa a apresentar algum interesse econômico. Também existe

Revelando Identidades

A cultura feminina, parece, vai fundo, enquanto a patriarcal procura alçar vôo... O descrédito que atinge hoje a cultura institucionalizada nos obriga a procurar alternativas. A reflexão sobre o feminismo talvez, talvez possa ajudar...

muita confusão ao se procurar determinar o que seria uma cultura/arte ou até uma identidade feminina, e lembramos que a crítica argentina Marta Thaba diz ser muito difícil localizar o que seria uma expressão artística do feminino devido à falta de textos teóricos sobre o assunto, que só agora começam a surgir.

São encontradas, no entanto, algumas constantes nas obras de mulheres: a procura de identidade é uma delas, já que as mulheres sempre foram definidas pelo outro, não permitindo a história sexista que ela afirmasse uma identidade própria. Outra característica muito frequente é a ênfase dada à imanência, ao que diz respeito ao corpo, à natureza (tradicionalmente a mulher lida com a agri-

cultura, coleta alimentos e dá comida aos animais) ao cotidiano, ao privado. Simone de Beauvoir já disse que historicamente a mulher foi entregue à imanência, enquanto a cultura patriarcal se desenvolveu, prioritariamente, num sentido transcendente. A cultura feminina, parece, vai fundo, enquanto a patriarcal procura alçar vôo... e Valery disse que o mais profundo é a pele. Marilena Chauí em sua conferência encontra a formação da identidade feminina no corpo, no espaço do privado que é preferido pela mulher.

Como ficamos? Neste fim de milênio vivemos o fim da crença na cultura/arte universal e absoluta, pairando (embora com características aparentemente variáveis) acima das circuns-

tâncias. Paul Ricoeur diz que a multiplicidade e a rapidez com que circula a informação nos dias de hoje, confrontando todas as culturas, tornou possível acreditar no centralismo absolutista da cultura ocidental.

Este descrédito que atinge hoje a cultura institucionalizada e sacralizada, assim como o que se anuncia como último (e muito provavelmente terminal) avetar da cultura do patriarcado, a bomba nuclear, nos obriga a procurar alternativas. É o momento certo para se retornar a reflexão interrompida sobre o feminismo que talvez, possa vir a ajudar na criação dessas alternativas. O seminário de Recife foi um passo nesse sentido.

Anesia Pacheco e Chaves

Anesia Pacheco e Chaves é artista plástica (SP), autora de *E agora, mulher?*, Guanabara, 1987.

Seminário **Mulher e Cultura**, promoção da Coordenadoria Mulher e Cultura, Secretaria de Atividades Sócio Culturais, Ministério da Cultura. Coordenação de Maria Elisa Leonel e Cláudia Vasquez (MinC); Helena Pessoa (Sudene, Recife). Organização: Casa da Mulher do Nordeste. Apoio: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Fundação Joaquim Nabuco, Museu do Homem do Nordeste, Massangana Vídeo Som, Secretaria do Trabalho e Ação Social, PE, Fundação Pró-memória e CRNC.

Homem e Mulher: Desejos

Em comemoração do **Dia Internacional da Mulher**, o **MIS**, Museu da Imagem e do Som, e o **Mulherio** realizarão nos dias 6, 7 e 8 de março uma mostra de filmes e vídeos sob o tema **Homem e Mulher: Desejos**, no auditório do MIS (Av. Europa, 158, São Paulo, tel. 853-1498/280-0896). A mostra, de entrada gratuita, incluirá um espaço para reflexão sobre o tema por pessoas de diferentes formações - psicólogos, antropólogos, artistas; o material resultante dos debates, gravados pelo MIS, será editado pelo **Mulherio**.

Com início na noite do dia 6, e prosseguindo durante a tarde e noite de sábado e domingo, a mostra exibirá paralelamente a produção feminina de vídeo e filmes sobre o tema. Num programa especial para escolas, o MIS oferecerá na semana seguinte, de 9 a 13-3, os horários do final da manhã e do final da tarde para sessões que poderão ser montadas conforme solicitação de professores e alunos.

Os filmes já programados são: *Vera*, 1986, de Sérgio Toledo, com Ana Beatriz Nogueira (melhor atriz no último Festival de Brasília), Raul Cortez, Imara Reis; *A Hora da Estrela*, 1985, de Suzana Amaral, com Marcélia Cartaxo (melhor atriz no último Festival de Berlim), José Dumont, Fernanda Montenegro; *Das Tripas Coração*, 1982, de Ana Carolina, com Antônio Fagundes, Dina Sfat, Cristiane Torloni, Nel Latorraca; *Mar de Rosas*, 1977, de Ana Carolina, com Cristina Pereira, Norma Benguel e Hugo Carvana; *Os Homens que eu tive*, 1972, de Tereza Trautman, com Darlene Glória, Gracindo Jr., Itala Nandi; *Os Anos de Chumbo*, de Margareth von Trotta, com Jutta Lampe e Barbara Sukova; *Possessão* de Andrzej Zulawski, com Isabelle Adjani e Sam Neill; e *Aurélia Steiner*, de Marguerithe Duras.

Alemãs e Brasileiras: trocando experiências.

O Instituto Goethe, voltado para o ensino e difusão da cultura alemã, escolheu **A Mulher na Sociedade** como tema de suas atividades em 1987. Em visita ao Brasil, artistas e profissionais alemães entrarão em contato com a produção das brasileiras, compondo uma extensa programação de vídeos, filmes, exposições, **workshops** e debates ao longo do ano. Sob a coordenação de Carmen Barroso, pesquisadora, e Eva Munch, jornalista e publicitária, será editado um livro sobre a realidade das mulheres brasileiras (em alemão) e das mulheres alemãs (em português).

A programação circulará pelos vários Institutos brasileiros -- cujas sedes são em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília -- e alguns eventos poderão chegar até Fortaleza, Belém e Santa Maria (RS), onde professores de alemão promoverão atividades culturais em conjunto com a Universidade local. Embora não seja definitivo, o calendário do Goethe paulista não deverá sofrer grandes modificações.

24 MULHERIO



I Video Mulher em Brasília

O Teatro Nacional de Brasília, DF, será o espaço para a **Mostra Competitiva de Vídeos sobre Mulheres** e para o **Encontro de Mulheres Videastas**, promovidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher de 20 a 22 de março.

Participarão da mostra "vídeos que dizem respeito à temática feminina - mesmo que realizados por homens - e contribuem para a formação e enriquecimento da real imagem da mulher", com diz Maria Angélica, uma das organizadoras do evento. Também está programada uma **Mostra Informativa**, que englobará vídeos já premiados a nível nacional, vídeos de emissoras de TV e de mulheres de outros países: Argentina,

Canadá e Alemanha, entre outros.

O Encontro será um espaço para reflexão sobre o papel feminino na produção de vídeo, de questões ligadas à produção, distribuição, financiamento, capacitação etc.

Os principais prêmios U-Matic e VHS/Betamax serão de 30 e 20 mil, respectivamente, mais 15 e 10 mil para cada um dos três prêmios especiais concedidos em ambas as categorias.

As inscrições podem ser feitas de 15 de janeiro a 16 de fevereiro nos Conselhos Estaduais e Municipais, no Conselho Nacional (Brasília) e, em São Paulo, através de Maria Angélica, pelo telefone 011-255-5777, r. 1.868.

EM MOVIMENTO

Jornalistas premiadas

O VIII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, contemplou várias profissionais em 86. Alba Carvalho, da TV Manchete, recebeu o prêmio pela matéria *Escravos em Angatuba*, em que denunciou o trabalho escravo - medieval, segundo a própria Alba - de lenhadores na região: sem registro em carteira, recebendo alimentos em troca de mão-de-obra, as crianças sem escola, transporte ou assistência médica, as mulheres trabalhando até a véspera do parto e tendo de caminhar ou pedir carona até o hospital. Graças à reportagem, está em andamento o registro, transporte e assistência médica para os lenhadores.

Flávia Adalgisa e equipe do Globo Rural foram premiadas pela matéria especial sobre o *Vale do Jequitinhonha*, série de quatro programas que olha cuidadosamente para as mulheres do Vale, sua sobrevivência sem os homens, seu trabalho etc. Luciana Biscane e equipe da TV Manchete receberam menção honrosa por seu *Menores Abandonados*; e Graziela Azevedo, da Gazeta, pelo *Especial Angra I*.

Orgulho Gay em fotos

Seis anos de acompanhamento da *Gay Pride Parade*, tradicional passeata gay de Nova Iorque, resultaram na exposição que a fotógrafa Isia Jay está mostrando entre 18 de março e 10 de abril na Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio de Janeiro. "Sua câmera não tem preconceitos e cria, insinua, convida a olhar a foto -- composta a partir de fragmentos --, provocando um questionamento do que está sendo fotografado". A observação é da antropóloga Malu Heilborn, entusiasta das fotos de Isia.

Março: Retrospectiva da cineasta alemã Margareth von Trotta, cuja presença está prevista mas não pôde ser confirmada até o fechamento desta edição. Mostra das vencedoras do **I Video Mulher** que será promovido em março pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e de vídeos alemães sobre mulher (em conjunto com a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular e Galeria Fotoptica).

Abril: Exposições de livros alemães no Masp Museu de Arte de São Paulo, com um núcleo de literatura sobre/de mulheres. Discussões sobre **Mulher e Mídias**, com a participação (ainda não confirmada) de uma profissional da rede estatal de TV alemã. Simpósio de editores, com a participação de Ray Gude-Martin (editora) e Barbara Flat (encarregada da leitura e seleção de material a ser publicado). Discussão entre autoras brasileiras e alemãs, entre elas a escritora feminista Karin Reschke, e painel sobre literatura feminina/feminista, livreria de mulheres etc.

Maiço: Na primeira quinzena, exposição de obras das dez artistas plásticas mais importantes da Alemanha Ocidental (local a ser confirmado), acompanhada pela Dra. Jochimsen, diretora da associação de artistas plásticos **Bonner Kunstthalle**. Mostra de filmes de arte de cineastas brasileiras e alemãs. Na segunda quinzena, encontros e discussões com Eva Munch e Elke Thiele, esta última pedagoga social que trabalha com a profissionalização das mulheres, sobre os temas Família, Trabalho, Movimento de Mulheres, Mulher Estado, Planejamento Familiar e Novas Tecnologias Reprodutivas. Eva e Elke visitarão, em São Paulo, o Conselho Estadual da condição Feminina, o **Mulherio**, a União de Mulheres (núcleo Itaquera e sede), a Rede Mulher, o Coletivo Sexualidade e Saúde, a Casa da Mulher do Grajaú, a Fundação Carlos Chagas e a Universidade de São Paulo (USP). Mostra de filmes **Mulheres e seu Tempo**, sobre os problemas sociais enfrentados pela população feminina.

Junho: Mostra de vídeos brasileiros e alemães, em conjunto com a Associação Brasileira de Vídeo no Movimento Popular e a Galeria Fotoptica.

Setembro: Workshop e exposição **Mulher na fotografia como espelho da sociedade**, com a participação de Verena von Gagern, fotógrafa e professora do Salzburg College.

Novembro: Discussões e encontros com Hannelies Taschau, escritora.



REDE MULHER

Educação e Comunicação Popular contribuindo para a articulação do Movimento de Mulheres

Caixa Postal 1803 - CEP 01051 São Paulo/SP
Tel. 011 - 262-9407

Dez/Fev/1987

Feminismo, feminismos

Com os resultados das eleições voltaram à tona as discussões sobre o que é feminismo, ou melhor, quem é realmente feminista. Num misto de eufria pelo aumento extraordinário do número de votos dados às mulheres, e de desalento pela não eleição de várias boas candidatas, por toda parte as feministas estão cuidadosamente examinando as listas de eleitos em busca de representantes que possam defender suas demandas.

E neste momento ocorre um fenômeno curioso: em lugar de seguir o sábio conselho de Ulysses Guimarães, de que em política se deve - ao contrário das galinhas - "ciscar para dentro", nas hostes feministas se manifesta uma tendência ao expurgo. Segundo algumas análises, nenhuma das eleitas seria realmente feminista: uma por estarem ligadas à Igreja, outras por submeterem os interesses das mulheres às causas partidárias, outras ainda por excesso de personalismo. Enfim, ainda está por nascer a santa que encarnaria todos os nossos ideais de uma nova maneira de fazer política, autônoma e solidária.

Acho a crítica um bom sinal. Afinal, se não nos contentamos mais com qualquer feminista, é sinal de que já estamos podendo escolher. Feministas existem agora de todos os tipos e jeitos. Graças a Deus! Seria, no mínimo, muito monótono se todas saíssemos da mesma forma. E a variedade - de estilos de atuação, de áreas de interesse e mesmo de objetivos específicos - só pode contribuir para o vigor e a vitalidade do movimento. Isto desde que não desperdiçemos nossas energias na tentativa ingloria de estabelecer "o feminismo certo".

A tentativa de tomar a "carteirinha de feminista" daquelas com as quais não concordamos - além de nos enfraquecer

diante do machismo generalizado que nos cerca - é ineficaz, pois nenhum grupo ou organização consegue o monopólio da legitimação num movimento que tem resistido tenazmente a esta tendência à centralização.

Além disso, convenhamos, a caça às bruxas é uma atividade muito desprazerosa - logo nós que tanto afirmamos que é necessário inventar um modo gostoso de fazer política!

Como já acumulamos considerável experiência, talvez agora possamos aprender a conviver com as diferenças. Conviver com a diferença não quer dizer ignorar os conflitos e contradições existentes entre nós. Não seria honesto, e nem sequer conseguiríamos iludir a nós mesmas se tentássemos fazer crer que a prática feminista é um mar de rosas isento de tensões.

Mas há formas maduras e criativas de trabalhar estas tensões, pelas quais a expressão clara de divergências ideológicas e - o que é mais comum - de discordâncias quanto a procedimentos e métodos pode levar à negociação e ao entendimento que serão benéficos a cada uma das partes envolvidas e ao movimento como um todo.

Lendo o que acabei de escrever, fiquei pensando se estou sob um ataque de "policianismo" agudo. Certamente é difícil: nosso investimento emocional num projeto feminista é grande demais, nossas expectativas são altas, as decepções profundas. Mas vencer essa dificuldade é essencial para que o movimento de mulheres - unido na sua diversidade - seja forte o suficiente para conquistar os objetivos pelos quais tanto temos lutado. Com humildade e respeito mútuo poderemos conseguir.

AMÉM!

Carmem Barroso

Contra a intervenção

A comandante nicaraguense Dóris Tijerinc e Mireya Baltra, respectivamente presidenta e secretária executiva da Frente Continental de Mulheres Contra a Intervenção na América Latina e no Caribe (FCMCI), estão convocando uma campanha latino-americana em solidariedade à Argentina pela soberania das Ilhas Malvinas.

Elas se pronunciam radicalmente contra a decisão, "de essência colonialista", do governo britânico de delimitar uma zona de exclusão pesqueira de 150 milhas e uma zona jurisdicional de 20 milhas em torno das Ilhas. Denunciam também planos militaristas da OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte - para o Atlântico Sul, com o apoio do governo norte-americano.

Solidariedade às Chilenas

Estiveram no Brasil em dezembro, a convite do Conselho Municipal de Curitiba, duas representantes da Frente Ampla de Mulheres do Chile, criada em junho do ano passado.

Patrícia, secretária-geral e Amélia, responsável pela elaboração de programas na área de infância e juventude da FAMC, relataram a situação das 30 presas políticas do Chile - duas condenadas à morte através de julgamentos suspeitos - e ressaltaram a importância da solidariedade brasileira.

Depois de mobilizar 10 mil mulheres nas manifestações do último 8 de março, as representantes da Frente convidaram uma delegação brasileira para ir ao Chile durante as comemorações deste ano.

Negras e atrizes em 1987



sultado: a cada mês, uma seqüência de três fotos de atrizes do cinema nacional entre 1954 e 1980, de Glauce Rocha a Sônia Braga, dão ao olhar o fascínio da imagem em movimento.

Já o CECF recuperou um pouco da história de 12 mulheres negras, fruto da pesquisa de Maria Lúcia de Barros Mott e Vera Lúcia Siqueira Saraiva. Em cada mês estão a foto e uma pequena biografia de mulheres negras conhecidas, como Mãe Menininha do Gantois (recentemente falecida) e Luiza Mahim, cabeça das principais revoltas negras ocorridas em Salvador, em meados do século XIX, além de outras completamente desconhecidas cuja participação na história brasileira está agora sendo recuperada.

O Conselho Estadual da Condição Feminina, CECF, e a Cinemateca Brasileira (esta última com o MinC e o Pró-Memória, e apoio da Embrafilme e Fotoptica), escolheram a mulher como motivo de seus calendários para 87.

Maria Lúcia Alves Ferreira coordenou o trabalho da Cinemateca, que envolveu várias pessoas nas áreas de criação e pesquisa, com um belo re-

Um Ano Bom

Sejamos nós mulheres: deusas guerreiras bruxas amantes curiosas corajosas lutadoras lindas e belas!

Recebemos e retribuimos os bons votos para 1987 de: *Mulheres da Caritas-Maranhão*, autoras do versinho; *Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Assessoria e Educação Popular* (João Pessoa, PA), que nos mandou um calendário com o tema da solidariedade aos agricultores na luta pela terra; Elizete, pelo G.G.L.F. (Tramandai, RS); Marilda Aparecida, da *Associação Profissional dos Empregados Domésticos* (SP); *Rede Mulher* (SP); *Pró-Mulher* (SP); *Isis Internacional* (Chile); Maria Penha de Miranda (Colorado do Oeste, RO); Dulcinéia Pozzo (Tremembé, SP); Luiz Aurelio de

J. Salles (Barretos, SP); *A Égua Solta* Editora (Salvador, BA); Marília Garcia, da *Editora Brasiliense* (SP); Ana Regina Carmona, da *Nobel* (SP); *Fotograma Fotojornalismo e Documentação*; *Equipe Planejamento e Produção Gráfica*; *IPS Inter Press Service*; *Fundação Carlos Chagas*; senador Fernando Henrique Cardoso; vereador José Maria Alves; Luciano e Sandra, da *Aplicon*; *JAB Mala Direta*; Lúcia Arruda, deputada estadual (PT/RJ), vereadora Diva Prestes de Barros (PMDB/Sorocaba), Romy Medeiros e Norma Morandini.

CORRIGINDO

A foto publicada na página 15 do *Mulherio 26* é de Adriana Matoso, e não de Rosa Gaudiano.

Dois anos do Quarto Crescente

Quarto Crescente é uma casa que leva esse nome "por honrar sua vocação de valorizar a energia criativa das mulheres e o lado feminino presente em todos os seres humanos". Em pleno centro da cidade do México, oferece seminários, espetáculos, discussões e sobretudo um ponto de encontro para mulheres. Ali é possível tanto saber como vai a organização do 4.º Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe, como conhecer a obra de vários artis-

tas, ler publicações feministas e tomar um bom chá.

A partir do terremoto, algumas mulheres que vivem nos bairros do coração da cidade se viram reunidas com o coletivo de *Quarto Crescente*, colaborando nas tarefas de resgate e apoio, e aproximaram-se desde então dos serviços que oferece este centro de mulheres - cujo segundo aniversário foi comemorado com mesaredeções, uma quermesse e um animado baile.

Mujer/Fempres

educação e trabalho/mulher/educação sexual/creche/família/pré-escola/professores

Você encontra tudo isso em

CADERNOS DE PESQUISA

Revista da Fundação Carlos Chagas
Catálogo, assinaturas e informações:

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Av. Prof. Francisco Morato, 1565
05513 - São Paulo - SP
Tel: (011) 211-4511

"EDUCAÇÃO EM REVISTA"

Estudos, depoimentos, pesquisas, palavra livre
Revista de Educação

Assinatura: Faculdade de Educação UFMG.

Av. Antonio Carlos, 6.627
f. 441-5022 - Pampulha -
Belo Horizonte - MG - 31.270

LIVROS



tução de colonato rural para a de assalariados temporários é ao mesmo tempo uma síntese histórica sobre um século e meio de economia cafeeira, com fartura de dados bibliográficos e uma pesquisa antropológica entre trabalhadoras volantes no município de Jaguariúna, no Estado de São Paulo. A autora analisa com argúcia a dialética do modo de produção e da qualidade das relações sociais dos trabalhadores, estudando as mudanças desencadeadas na década de sessenta pelo êxodo rural em sua organização familiar, de vizinhança, nas suas condições de sobrevivência, reconstituindo a natureza específica e concreta da sua luta de classe enquanto trabalhadoras volantes. Capaz de reconstituir a interação de valores ideológicos e condições materiais de vida, a autora focaliza o papel das mulheres, enquanto mães de família e trabalhadoras, no processo mais amplo de reprodução da desigualdade social; o modo como laços tradicionais de subordinação ao grupo familiar limita a sua nova condição individual de assalariadas, tornando-as mais vulneráveis do que os homens à exploração do trabalho e restringindo suas possibilidades de luta política.

A partir da análise dos depoimentos pessoais que recolheu, Verena Stolcke estuda desdobramentos de exploração intra familiar e capitalista, procurando captar em sucessivas abordagens os meandros, que levam do social ao político: através da história oral, a autora reconstituiu o processo de formação da consciência social e da identidade do grupo. Delinha a memória dos sucessivos despojamentos, a que se viram sujeitos os "bóias frias": as relações distantes com o fazendeiro, mais imediatamente com o "turmeiro", peculiaridades de sua memória política, a sua indiferença para com datas nacionais das classes médias, a descrença no sistema eleitoral, o mito do governo Vargas, as expectativas com relação à política local e de bairro, a consciência da falta de direitos trabalhistas. O livro ter-

mina sugestivamente com um estudo das tensões sociais que levaram às greves dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, em 1984. Trata-se de uma leitura indispensável para os estudiosos da mulher e da organização da família, no contexto de classe social, assim como para os que se interessam pelas tensões mais agudas da sociedade brasileira contemporânea.

Maria Odila da Silva Dias

□ **De Camponesa a "Madame": Trabalho Feminino e Relações de Saber no Meio Rural**, Olinda Maria Noronha, Loyola, 1986.

O livro procura analisar o caráter educativo das relações de trabalho assalariado no meio rural, mostrando que há um processo educativo que não está se dando de modo privilegiado na escola. É aquele processo educativo produzido pela exploração, pela negação das condições de trabalho, pelo não cumprimento do contrato de trabalho.

Privilegiou-se a mulher trabalhadora da cana-de-açúcar pela especificidade de seu trabalho e por ser ela considerada matriz cultural importante, na medida em que se apresenta como difusora de uma concepção de mundo que resiste à expropriação.

□ **O Desencontro Marcado - A velha-mulher-nova e o machão-moderno**, Denise Alves, Ed. Vozes, 1985. Originalmente uma dissertação de mestrado do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, o livro é a análise ideológica das revistas Nova e Ele/Elas e uma discussão da função da indústria cultural na reelaboração dos papéis sexuais.

Através de uma redação solta e bem-humorada, questiona os valores advindos da Revolução Sexual dos anos 60 e denuncia as dificuldades do relacionamento amoroso e sexual — o desencontro entre homens e mulheres. O caráter inovador, no entanto, está em ir além da divisão familiar do trabalho e da dupla moral sexual, discutindo a fundo tabus e mitos de nossa cultura, que mostram a contradição dos sustentáculos do modelo de relacionamento vigente.

TESES

□ **É sina que a gente traz, ser mulher na periferia urbana**, Cynthia Andersen Sarti, dissertação de mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1986. Análise das representações das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho a partir das histórias de vida de 25 mulheres moradoras da periferia de São Paulo. Para a autora, o bairro configura simbolicamente um espaço feminino porque é aí que se desenvolvem as atividades reprodutivas socialmente designadas às mulheres. Por outro lado, conclui que é o papel de mãe que dá legitimidade à participação das mulheres na esfera pública, seja no trabalho ou na política. Ser mãe é a categoria que dá sentido ao conjunto de atividades femininas, mesmo quando estas não condizem necessariamente com o ideal feminino tradicional de reciprocidade e complementaridade.

□ **Mulher, trabalho e capital no**

campo (Um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul), Nadia Maria Schuch Freire, dissertação de mestrado em Sociologia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. Análise do efeito de modernização agrícola sobre o trabalho feminino no contexto da pequena produção agrícola gaúcha, através de estudo exploratório baseado em entrevistas com 44 famílias em três períodos distintos: 1972, 1976 e 1982. No que se refere ao trabalho das mulheres, conclui que mesmo com a relativa modernização de suas propriedades, elas não foram liberadas das atividades produtivas, nem passaram a ter voz mais ativa na direção das mesmas.

□ **Patriarcado e dominação capitalista. Uma análise da reprodução da subordinação feminina do espaço doméstico no espaço fabril**. Heloisa Lara Campos da Costa, dissertação de mestrado em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984. Análise da subordinação feminina no processo de trabalho numa indústria têxtil em Manaus. Os resultados indicam que o processo de trabalho vem se alterando nesta indústria em função da recente expansão do capitalismo no Amazonas, em decorrência de fatores estruturais (modelo de expansão industrial com planejamento do Estado) e fatores conjunturais (alteração da demanda do produto no mercado), e em decorrência de fatores ligados ao grau de internalização do patriarcado na família, levando a uma intensificação do controle sobre o trabalho feminino na empresa.

PUBLICAÇÕES

□ **Dossiê Mulher Negra e a Discriminação Racial** têm como objetivo revelar a falácia da "igualdade racial" no Brasil.

Demonstra que o racismo e a discriminação racial compõem uma ampla estratégia de controle sobre o grupo negro, que atinge a mulher negra em todos os setores da vida social. O resultado de tais práticas é o confinamento de negros em geral e

mulher negra:
dossiê sobre a
discriminação
racial



de mulheres negras em particular nos piores lugares da hierarquia social, tendo como consequência o privilégio do segmento social branco. A autoria do dossiê é da Comissão para Assuntos da Mulher Negra do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF).

O folheto **Violência Sexual** informa sobre procedimentos necessários em caso de estupro e atentado violento ao pudor, revelando que a legislação garante, se confirmada a gravidez, o aborto legal. Visa também conscientizar a mulher de que, nesses casos, ela é a vítima e não deve sentir-se culpada, além de apontar as possíveis razões que movem um agressor e os cuidados a serem tomados. Há ainda uma lista de endereços onde a mulher violentada pode conseguir ajuda.

O **Jornal Mulher**, em seu primeiro editorial, propõe uma luta pela institucionalização do Conselho — o que já é fato consumado — a partir das conquistas que assegurou às mulheres: programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, criação das Delegacias de Polícia em Defesa da Mulher e do Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento da Mulher (COJE), elaboração de um Projeto de Lei de alteração da CLT, institucionalização do concurso "Mulheres Entre Linhas" etc. Entre os assuntos de maior destaque estão o andamento da luta pela discriminação do aborto e a apresentação da proposta da "Campanha Alerta Mulher Para a Constituinte", que preparou um documento baseado nas reivindicações femininas a ser encaminhado aos constituintes.

LILITH-VIDEO

Oficina de
Comunicação
Alternativa

Mulheres
Feministas
produzindo
videotape

Rua Alves Guimarães, 276
CEP 05410 - S. Paulo - SP
Fones (011) 67-4900 -
288-8039 - 64-5254

CASA DA MULHER DO GRAJAÚ

UM ESPAÇO ALTERNATIVO
DE PARTICIPAÇÃO
DA MULHER

Rua José Bezerra Filho, 183 - Grajaú -
SP - Cep 04842 - Tel. 011 - 520-2775

Cadernos, publicação da Comissão de Saúde do CECF, tem o propósito de informar e orientar as mulheres sobre temas do seu cotidiano, como creches, saúde, combate à violência, educação diferenciada e igualdade de oportunidades de trabalho. O primeiro número - **O Direito de ter ou não filhos no Brasil** - foi elaborado com base no texto "Sobre o Declínio da Fecundidade e a Anticoncepção em São Paulo", de Elza Berquó. Didático, de linguagem acessível, facilita o rompimento da barreira das discussões acadêmicas a respeito da natalidade e da (anti) concepção, tem por objetivo dar bases para que a mulher tome conhecimento da dimensão política, econômica, social e ideológica da concepção. Estabelece sobre as diferenças entre planejamento familiar e controle da natalidade e sobre os diversos métodos contraceptivos, seus aspectos científicos, tecnológicos e sociais.

Todo este material é distribuído gratuitamente pelo Conselho, Rua Estados Unidos, 346, São Paulo, Fone 011-280-0900.

□ **Catálogo CIM**, Centro Informação Mulher, 1985. O CIM foi formado em 1981, a partir da necessidade do movimento feminista de um centro de documentação e informação que registrasse e subsidiasse sua história.

O início da coleta de material se deu em 1979, antes mesmo da oficialização do grupo. Após quatro anos de trabalho, a Fundação Ford liberou um financiamento que possibilitou a publicação do catálogo, onde estão relacionados 1519 livros e folhetos e 680 artigos de periódicos nacionais e estrangeiros. O material foi dividido em dois volumes: um com referências bibliográficas estruturadas por tema e outro com um índice de autores. O catálogo pode ser adquirido na sede do CIM, à Rua Leônicio Gurgel, 41, São Paulo, por Cz\$ 130,00.



□ **Ter Filhos, Uma Escolha Consciente**, IDAC, agosto de 1986. A publicação, parte do Projeto Mulher desenvolvido pelo Instituto de Ação Cultural, tem textos de Mariska Ribeiro e ilustrações de Miguel Paiva. A linguagem é simples e didática, com depoimentos das próprias mulheres, orientando e informando sobre o direito de escolher entre ter ou não filhos, de avaliar o método anticoncepcional mais conveniente, conhecer o funcionamento do corpo, lutar pela participação dos parceiros e contextualizar o problema da concepção e da contracepção na política, economia, religião etc.

Por fim, convida as mulheres a lutarem pela descriminalização do aborto, pelo cumprimento das leis já existentes a esse respeito, pelo uso de seu corpo de acordo com sua vontade, pela participação dos companheiros e pela divisão das responsabilidades. A cartilha apresenta, em suas páginas finais, a Resolução do INAMPS de 27 de maio de 1986 sobre a "Política de ação integral à saúde da mulher".

Distribuição gratuita pelo IDAC, Rua Visconde de Pirajá, 550, salas 1.404 e 1.405, Rio de Janeiro, 22410.

□ **A Chave**, jornal das reeducandas da Penitenciária Feminina do Tre-

membé, n.º 4, outubro de 1986. O jornal funciona como um canal de denúncia e debate dos problemas das presidiárias. Não há restrição de temas e, a partir do slogan "Suas sugestões podem resolver problemas. Não basta criticar. É preciso participar", aceita-se colaboração de todas as pessoas ligadas àquela instituição, das detentas e seus familiares aos funcionários do estabelecimento.

Qualquer correspondência pode ser enviada para Caixa Postal, 20, Cidade do Tremembé, São Paulo, CEP 12120.

□ **Mujer/Fempres**, Unidad de Comunicación Alternativa de La Mujer, edição especial sobre maternidade. A preocupação central é atacar o preconceito que retrata as feministas como "antimães" e a cultura patriarcal que valoriza a abnegação feminina, liberando o pai e o Estado de qualquer responsabilidade.

Para isso conta com artigos de diversos países. O Brasil contribuiu com trabalhos de Elizabeth Bittencourt (**Ser mãe: um tabu?**), do SOS Violência Forum de Debates da Mulher; Wilson Coutinho (**Os grandes intelectuais e suas mães desconhecidas**), do jornal Folha de São Paulo; além de cartuns de Angeli, do mesmo jornal, sobre o aborto.

Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, Casilla 16-637, Santiago 9, Chile.

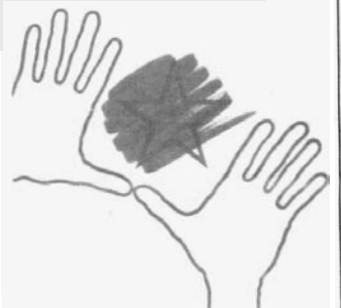
VÍDEOS

□ **Mulheres no Canavial**, U-Matic, 33 min, realização da produtora Olhar Eletrônico. Fruto de uma necessidade apontada em seminário com trabalhadoras rurais promovido pelo Conselho Estadual da Condição Feminina (SP) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), este vídeo vem mostrar a realidade da mulher no campo, suas relações com o trabalho

na roca, com os filhos, com o próprio corpo, com o lazer. **Mulheres no Canavial** parte dos depoimentos das mulheres bóias frias em seu local de trabalho e pretende atuar com instrumento de informação e organização da trabalhadora rural.

Informações no CECF, Rua Estados Unidos 346, SP, fone (011) 852-1750.

PSYCUBA VIDEO



□ **Psycuba**, U-Matic, 28 min. VT realizado por Heidi Tabacof (direção e câmera), Nilson Villas Boas (edição), Cida Kfoury Aidar, Maria Marta Assolini e Lúcia Arroyo Lima a partir de material gravado durante o 1.º Encontro Sobre Questões Ideológicas

Psicologia na América Latina, ocorrido em Havana, imediatamente após a normalização das relações entre Brasil e Cuba. O vídeo registra imagens da capital cubana e do próprio Encontro, com depoimentos de participantes como Marie Langer, Marcelo Viñar, Manolo Calvino, Fábio Landa, entre outros.

Cópias podem ser adquiridas pelos telefones (011)263-8637 e (011) 263-5725.

CATÁLOGO

1985



out/nov. 1986. Com artigos assinados por mulheres de todo o Brasil, a revista aborda temas como a luta pelas creches, mulheres constituintes, os efeitos da reforma econômica no dia-a-dia feminino etc.

Assinatura anual Cz\$ 90,00; semestral Cz\$ 45,00. Av. Brigadeiro

PROMOÇÃO
Um Especializado de Cultura Sobre Mulheres
ASSINE MULHERIO - DE MULHERIO DE PRESENTE

mulher brasileira

Editora Brasiliense - 288 pg. - 1980 Editora Brasiliense - 395 pg. - 1981

Para ENVIQ:
Indique o livro desejado

End. _____
Cep. _____ Cidade _____ Est. _____

R. Cunha Gago, 704 CEP 05421 São Paulo - SP

Cep: _____ Cidade _____ Est. _____

Data Nascimento _____ Sexo _____ DDD: _____ Telefone: _____

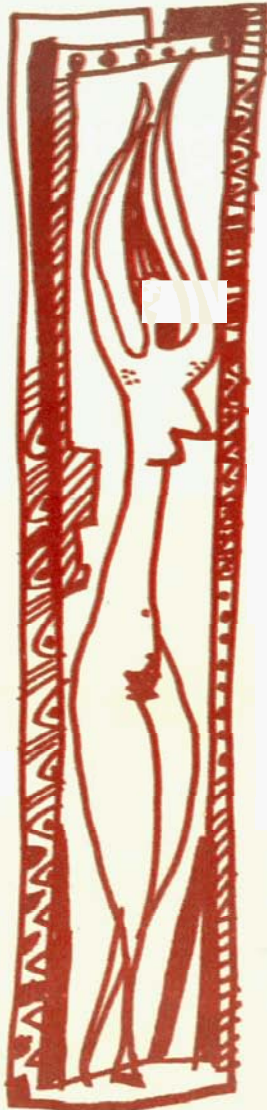
Profissão: _____

Envie Cheque nominal cruzado ao Núcleo de Comunicações Mulherio para assinatura anual correspondente a 6 n.ºs do jornal.
Cz\$ 100,00 Exterior Via Aérea US\$ 24

SEXO FORA

DA TABELA

Maria Lúcia de Barros Mott



O marido já não tinha feito aquilo? Não tinha contado no dia seguinte com a cara mais lavada do mundo?... porque eu também não posso, não é isso que eu vivo dizendo? Chego em casa conto e pronto. Gostou, gostou. Não gostou, azar. Que engraçado... como eu tinha esquecido certas coisas. Todos os corpos pareciam iguais e foram, não foram por tanto tempo? Dizer que tinha sonhado comigo em plena aula, no meio de discurso indireto livre, alienação, dialética, do pobre do escritor, espontâneo, alheio, instintivo... e disse mais: que nossos papéis se misturavam, suas frases não tinham concordância - um horror - que tinha acabado o álcool e ele foi obrigado a empurrar o carro comigo dentro, fugindo na descida, finalmente juntos, agasalhados da chuva, se despedindo no meio de folhas datilografadas caindo, cadernos escorregando e nossos corpos se juntando pela primeira vez, gerando um calor estonteante, doido, devastador. Pois o marido não tinha o direito? Não quis fazer? Fez e pronto... casamento não era prisão para eu ficar prendendo, proibindo. Gostou, gozou, melhor para ele. E eu? (e eu? bem que sofri).

O sonho também me estonteou. Acabou aula, acabou professor, aquilo tudo saiu do real, virou pura ficção, imaginação, fantasia de uns ratos laboriosos de ruído irritante. Olhei para ele e ri, ingênua, sem graça, dissimulada, dissimulando. O olhar dele voltou ingênuo, dissimulado. Safado! E tudo isso durou mais duas horas. No final da aula, fiquei com pena do escritor, tinha me esquecido dele.

- "Para onde vou? Ora vou para onde sempre fui, pelo mesmo caminho."

- "Desvia, desvia um pouquinho, me deixa no supermercado", pedi.

Para quê! Pois foi aí que começou a dar palpites, falando para eu comprar preservativo, geléia de morangos que ele gostava, bolacha e chá. Mas afinal quem era o marido, a dona da casa, porque eu ia comprar aquilo tudo se não ia fazer pic-nic... ("vamos, vamos"... me dizia), tenho que levar carne para casa, ele está me esperando... ("telefona"...).

Não falo do sonho, falo do supermercado e que telefonei. Não. Conto tudo de uma vez, que fui porque quis, que devia ter ido antes, que foi tão bom - puxa como gostei! Que não foi com qualquer um não, que foi com um conhecido, muito limpinho, sem doenças da vida... que tinha um olhar bom, uma vida saudável, que não encontrei ninguém conhecido, ninguém ia ficar sabendo, logo ia estar tudo esquecido, uma vida como sempre foi...

Difícil vai ser esquecer aquele olhar safado de figura etrusca que virou de odalisca em dia

de visita de sultão, que eu conquistei depois de ter me conquistado. Como esquecer aquele gemido doido perguntando que é que eu estava sentindo, se era bom devagarinho, que para ele estava uma doadura, que não queria que acabasse nunca, mas que era bom parar um pouquinho, assim demorava a vida toda. Para mim também foi bom, tão bom como nunca tinha sido, se já tinha, eu tinha me esquecido que parecia que eu estava perdendo o fôlego, não importasse se eu chorasse...

Por que lembrar disso agora! Eu tenho que pensar é em casa, aquilo que eu vou dizer, como me defender... eu falo que não fui culpada, que não sei como aconteceu, que eu acho que foi o remédio que eu estou tomando para emagrecer, que a culpa foi dele em ter aberto precedente, que eu quis me vingar, se eu era culpada, ele também era, que eu era muito honesta em ter contado tudo antes e ele ser o primeiro a saber, e que ele era um machista muito fora de moda. Azar dele se não estava preparado.

Como eu posso esquecer, em aula, aquela cara de monge beneditino, de sandália, magro, ascético, doutor. Falando de cátedra, discorrendo tão frio, às vezes tão feminino, que eu cheguei a pensar... Depois, o olhar de odalisca me tentando, convidando... e eu devagarinho, sugando aquela língua saborosa, aquela pele salgada de amor, sentindo os arrepios, o corpo tomando vida, os olhos se abrindo, tão verdes vistos de cima! e eu, imprimindo meu movimento e o professor se convertendo em bailarina.

...

- "Que horas são? Tudo isso! Eu sei, eu me atrasei, a fila da carne, a aula de teoria literária, a reunião do grupo de seminário... eu telefonei para casa e você não estava, onde você foi, já jantou, eu trouxe carne, maminha, aquela que você gosta, quer que eu te prepare o jantar?"

